



2º Simulado Comentado

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 01

A respeito do Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta.

- a) Os honorários de sucumbência, por decorrerem precipuamente do exercício da advocacia e só acidentalmente da relação de emprego integram o salário ou a remuneração.
- b) Os honorários de sucumbência podem ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários.
- c) Os honorários de sucumbência dos advogados empregados não constituem fundo comum, cuja destinação é decidida pelos profissionais integrantes do serviço jurídico da empresa ou por seus representantes.
- d) Considera-se de dedicação exclusiva o regime de trabalho que for expressamente previsto em contrato individual de trabalho. Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias.

Comentários

Gabarito: D

Fundamentação legal: Art. 14, parágrafo único, Regulamento Geral da OAB.

Os honorários de sucumbência não integram o salário ou a remuneração do advogado empregado, não podendo ser considerados para efeitos trabalhistas ou previdenciários. Destaca-se que os honorários de sucumbência constituem fundo comum.

Questão 02

Sobre o desagravo público, assinale alternativa correta.

- a) O relator pode propor o arquivamento do pedido se a ofensa for pessoal, se não estiver relacionada com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado ou se configurar crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.
- b) Compete ao Conselho Seccional promover o desagravo público de Conselheiro Federal ou de Presidente de Conselho Seccional.
- c) Compete ao Conselho Federal promover desagravo público de Presidente Subseção quando ofendido no exercício das atribuições de seus cargos e ainda quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional.
- d) O Conselho Seccional observado o procedimento previsto no art. 18 deste Regulamento, indica seus representantes para a sessão pública de desagravo, na sede do Conselho Seccional, salvo no caso de ofensa a Conselheiro Federal.

Comentários**Gabarito: A**

Fundamentação legal: Art. 18, Regulamento Geral da OAB. Compete ao Conselho Federal promover o desagravo público de Conselheiro Federal ou de Presidente de Conselho Seccional. Compete ao Conselho Seccional promover desagravo público de Presidente Subseção quando ofendido no exercício das atribuições de seus cargos e ainda quando a ofensa a advogado se revestir de relevância e grave violação às prerrogativas profissionais, com repercussão nacional e compete ao Conselho Federal observado o procedimento previsto no art. 18 deste Regulamento, indica seus representantes para a sessão pública de desagravo, na sede do Conselho Seccional, salvo no caso de ofensa a Conselheiro Federal.

Questão 03

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale alternativa correta.

- a) Os advogados sócios e os associados respondem subsidiária e limitadamente pelos danos causados diretamente ao cliente, nas hipóteses de dolo ou culpa e por ação ou omissão, no exercício dos atos privativos da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer.

- b) Ocorrendo vaga de cargo de diretoria do Conselho Federal ou do Conselho Seccional, inclusive do Presidente, em virtude de perda do mandato (art. 66 do Estatuto), morte ou renúncia, o substituto é eleito pelo Conselho Federal.
- c) Os ex-presidentes têm direito a voz nas sessões do Conselho, sendo assegurado o direito de voto aos que exerceram mandato antes de 05 de julho de 1994 ou em seu exercício se encontravam naquela data.
- d) Nenhuma das alternativas.

Comentários

Gabarito: C

Fundamentação legal: Art. 40 e 62 § 1º do Regulamento Geral da OAB. Os advogados sócios e os associados respondem subsidiária e ilimitadamente. O substituto é eleito pelos membros do próprio Conselho, dentre os seus membros.

Questão 04

De acordo com o Regulamento Geral da OAB, assinale alternativa correta.

- a) O voto em qualquer órgão colegiado do Conselho Seccional é tomado por delegação, em ordem alfabética, seguido dos ex-presidentes presentes, com direito a voto.
- b) Os membros da Diretoria votam como integrantes de suas delegações.
- c) O Conselheiro Federal opina e participa da votação de matéria de interesse específico da unidade que representa.
- d) Na eleição dos membros da Diretoria do Conselho Federal votam os Conselheiros Federais e os demais membros.

Comentários

Gabarito: C

Fundamentação legal: Art. 68 e seus incisos do Regulamento Geral da OAB.

O voto no Conselho Federal é tomado por delegação e não no Conselho Seccional. O Conselheiro Federal opina e não participa da votação de matéria de interesse específico e na eleição dos membros da Diretoria votam apenas os Conselheiros Federais.

Questão 05

Sobre as eleições na OAB, assinale alternativa correta.

- a) São admitidas a registro apenas chapas completas, que deverão atender ao mínimo de 30% (trinta por cento) e ao máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
- b) Para integrar a chapa como candidato deve o advogado somente manter-se regularmente inscrito na respectiva Seccional da OAB, com inscrição principal ou suplementar; estar em dia com as anuidades; não ocupar cargos

ou funções incompatíveis com a advocacia, referidos no art. 28 do Estatuto, em caráter permanente ou temporário, ressalvado o disposto no art. 83 da mesma Lei.

c) O advogado para integrar a chapa como candidato pode ocupar cargos ou funções dos quais possa ser exonerável ad nutum, mesmo que compatíveis com a advocacia; ter sido condenado em definitivo por qualquer infração disciplinar, salvo se reabilitado pela OAB, ou não tenha representação disciplinar em curso, já julgada procedente por órgão do Conselho Federal e exercer efetivamente a profissão, há mais de cinco anos, excluído o período de estagiário, sendo facultado à Comissão Eleitoral exigir a devida comprovação.

d) São condições de elegibilidade: ser o candidato advogado inscrito na Seccional, com inscrição principal ou suplementar, em efetivo exercício há mais de 06 (seis anos).

Comentários

Gabarito: C

Fundamentação legal: Art. 68 e Art. 131-A Regulamento Geral da OAB. As hipóteses para a condição de elegibilidade são inúmeras, conforme elencado no artigo 131-A. Além disso, o advogado não pode exercer cargo exonerável ad nutem e deverá manter-se em exercício há mais de seis anos.

Questão 06

Sobre o regulamento geral, assinale alternativa correta.

- a) A resolução do Conselho Seccional que criar a Subseção não precisa fixar sua base territorial.
- b) A resolução do Conselho Seccional não precisa definir os limites de suas competências e autonomia.
- c) A resolução do Conselho Seccional não precisa fixar a data da eleição da diretoria e do conselho, quando for o caso, e o início do mandato com encerramento coincidente com o do Conselho Seccional.
- d) A resolução do Conselho Seccional deve definir a composição do conselho da Subseção e suas atribuições, quando for o caso.

Comentários

Gabarito: D

Fundamentação legal: Art. 118 Regulamento Geral. A resolução deve fixar a base territorial, definir os limites de atuação e fixar a data da eleição da diretoria e do conselho.

Questão 07

De acordo com o Código de Ética, assinale alternativa correta.

- a) O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.
- b) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas, assim como não retira o direito do advogado de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente em face do serviço efetivamente prestado.
- c) O advogado, ao postular em nome de terceiros, contra ex-cliente ou ex empregador, judicial e extrajudicialmente, não deve resguardar o sigilo profissional.
- d) Nenhuma das alternativas.

Comentários

Gabarito: A

Fundamentação Legal: Art. 17 do Código de Ética OAB. A revogação não desobriga o pagamento dos honorários e o sigilo profissional deverá ser mantido.

Questão 08

Sobre o sigilo profissional, assinale alternativa correta.

- a) O sigilo profissional cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça ao direito à vida e à honra ou que envolvam defesa própria.
- b) A publicidade profissional do advogado não tem caráter meramente informativo e deve primar pela discricção e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão.
- c) É permitido ao advogado responder com habitualidade a consulta sobre matéria jurídica, nos meios de comunicação social.
- d) Poderão ser referidos os títulos acadêmicos e profissionais do advogado e as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, bem como as instituições jurídicas de que faça parte, e as especialidades a que se dedicar, o endereço, e-mail, site, página eletrônica, QR code, logotipo e a fotografia do escritório, o horário de atendimento e os idiomas em que o cliente poderá ser atendido.

Comentários

Gabarito: A

Fundamentação Legal: Art. 21, 35 e 37 do Código de Ética da OAB. A publicidade profissional tem caráter meramente informativo, sendo vedado o advogado

responder com habitualidade sobre consulta jurídica e divulgar títulos profissionais.

Filosofia do Direito

Questão 09

“A luta não é, pois, um elemento estranho ao direito, mas sim uma parte integrante de sua natureza e uma condição de sua ideia.” Rudolf Von Ihering

A obra a luta pelo direito do jurista alemão Rudolf Von Ihering associou o direito à compreensão de luta social. Assinale a assertiva que expressa a ideia de luta pelo direito, de acordo com o referido autor:

- a) Envolve, primordialmente, às classes trabalhadoras, agentes econômicos e empregadores que concorrem para a construção ou desconstrução dos direitos.
- b) Remete a administração da justiça realizada pelo Poder Judiciário, por meio de seus membros e serventuários contra as arbitrariedades e injustiças.
- c) Advém de uma tradição histórica, lenta e gradual de modo que o direito se desenvolve a partir da transformação da linguagem.
- d) A luta pelo direito é em oposição à toda a injustiça, e não se restringe ao trabalho do poder público, mas de todos aqueles que estão na iminência de ter de afirmar seus direitos.

Comentários

Gabarito: D

a) Nessa assertiva temos a perspectiva marxista de luta de classes, apesar a influência recebida pelos textos de Marx, a obra de Ihering considera que todos devem lutar pelos seus direitos e contra a injustiça, e não uma classe específica.

b) Não são apenas os serventuários da justiça e membros do Poder Judiciário que devem combater as injustiças, mas todos, inclusive as gerações.

c) Ihering se opõe a perspectiva de histórica de evolução por meio da linguagem própria de Savigny e Puchta. Segundo Ihering esses autores compreendem o direito seria uma evolução natural da qual não seria necessária a luta.

d) Correta. Segundo o autor: ***“Todo direito no mundo foi adquirido pela luta; esses princípios de direito que estão hoje em vigor foi indispensável impô-los pela luta àqueles que não os aceitavam; assim, todo o direito, tanto o de um povo, como o de um indivíduo, pressupõe que estão o indivíduo e o povo dispostos a defendê-lo. (...) O direito é o trabalho sem tréguas, e não somente o trabalho dos poderes públicos, mas sim o de todo o povo. Se passarmos um golpe de vista em toda a sua história, esta nos apresenta nada menos que o espetáculo de uma nação inteira dependendo ininterruptamente para defender o seu direito penosos***

esforços, como os que ela emprega para o desenvolvimento de sua atividade na esfera da produção econômica e intelectual.

Questão 10

““(…) Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes”. Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social.” Jean-Jacques Rousseau

Entre os autores iluministas que buscaram fundamentar o Estado por meio de hipóteses contratualistas, está Jean-Jacques Rousseau. Assinale a alternativa adequada ao autor:

- a) O contrato social nasce em razão da natureza perversa entre os homens, de modo que é preferível um soberano, do que a tirania de todos.
- b) O contrato social surge para superar o caótico Estado de Natureza, deste modo os membros da sociedade cedem sua liberdade ao governante que garante a paz por meio da submissão de todos.
- c) O contrato social é um pacto social, no qual os membros se colocam sob a direção da vontade geral, assim integram uma parte indivisível do todo, sem a renúncia da liberdade.
- d) O contrato social estabelece uma instância acima do cidadão neutra para preservar os direitos naturais, de modo que a liberdade e a propriedade estariam asseguradas.

Comentários**Gabarito: C**

- a) Esta alternativa remete ao pensamento de Hobbes que prefere a tirania de um ao invés da tirania de todos, o que em tese aconteceria em sua visão do Estado da Natureza.
- b) Nesta alternativa temos novamente o pensamento de Hobbes que compreende que o Estado Civil surge pela sobrevivência humana, de modo que o governante lidera a partir da submissão dos demais membros da sociedade.
- c) Nesta alternativa temos o pensamento de Locke, que considera a importância do Estado Civil para a proteção dos direitos naturais, dentre eles a propriedade e a liberdade.
- d) Para Rousseau a noção de contrato social deve se basear no bem comum, na união de forças destinada ao interesse geral. Enquanto no Estado de Natureza as pessoas vivem de modo a realizar suas vontades pessoais, após o contrato social é preciso garantir a igualdade entre os membros da sociedade, assim o governante deve guiar o Estado de acordo com o pensamento comum dos pactuantes, realizando o interesse comum da sociedade chamado de vontade geral.

Direito Constitucional

Questão 11

Rosenval Mitto Júnior (olha ele de novo rs), após se formar em oceanografia na Bahia resolve colocar em prática um desejo profissional idealizado desde de sua época estudantil: um projeto de pesquisa da diversidade marinha na região de Fernando de Noronha. Após mudança para nova localidade, o jovem profissional recebe uma notificação da associação de moradores fixando prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo apresente todos os documentos necessários à sua inscrição na referida associação. Segundo a entidade, essa inscrição se faz necessária tendo em vista o controle de pessoas residentes na região, para fins de ocupação e preservação ambiental. A associação ressalta em notificação que a não inscrição irá incorrer em multa diária de \$ 5.000,00 (cinco mil reais). Preocupado com os impactos financeiros, Rosenval liga para seu amigo Ricardo, experiente advogado que à luz da CRFB/88 afirma que Rosenval:

- a) não está obrigado a se associar, a não ser que haja uma notificação judicial;
- b) está obrigado a atender à notificação, tendo em vista a incidência do princípio fundamental da ideologia participativa;
- c) é obrigado a atender à notificação até o momento em que Poder Judiciário o dispensar dessa obrigação;
- d) pode ficar tranquilo e desconsiderar a notificação recebida, pois ninguém é obrigado a associar-se ou permanecer associado contra a sua vontade;

Comentários

Gabarito: D

Opa! Questão tranquila hein rs? Pessoal, estamos diante do direito de associação. Nossa CRFB/88 garante a liberdade plena de associação. Ninguém é obrigado a se associar. O art. 5º, inciso XX, da CRFB/88 nos diz que: *ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.*

Questão 12

Lorenzo, tendo completado 18 anos e inspirado nos valores políticos de seu avô falecido, o italiano Gianlucca, decide ingressar no mundo da política sendo candidato a vereador. Cumpre destacar que Lorenzo é brasileiro naturalizado, está no pleno exercício dos seus direitos políticos, com filiação em partido e também tem domicílio eleitoral no Município limítrofe àquele em que pretende candidatar-se, detendo assim pleno conhecimento da realidade social. De acordo com o caso em questão, assinale a alternativa correta:

- a) Lorenzo não satisfaz a condição de elegibilidade baseada no critério etário;

- b) as condições de elegibilidade consistentes no critério etário e no domicílio eleitoral foram atendidas;
- c) a condição de elegibilidade consistente na nacionalidade brasileira não foi atendida;
- d) Lorenzo não preenche a condição de elegibilidade consistente no domicílio eleitoral;

Comentários

Gabarito: D

Pessoal! Essa é uma questão sobre o tema dos direitos políticos. A condição elegibilidade está prevista no art. 14, § 3º, da CRFB/88. Entre as condições, temos:

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) 30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) 21 anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) 18 anos para Vereador.

1) Lorenzo está em pleno gozo dos direitos políticos, possui 18 anos e está apto em tese a concorrer ao cargo de Vereador. A critério da idade foi preenchido.

2) Lorenzo é brasileiro naturalizado. Ele pode concorrer ao cargo de vereador? Sim, pois a vedação para cargos de brasileiro nato são apenas os constantes no § 3º do art. 12, CRFB/88. E, aqui, não se inclui o cargo de vereador. Esse critério também está atendido (nacionalidade brasileira seja nato ou naturalizado).

3) No que tange ao domicílio eleitoral, temos um problema. Lorenzo precisa ter domicílio eleitoral na circunscrição do cargo que pretende ocupar. Se será candidato a vereador, seu domicílio será no município que irá concorrer ao cargo, e não em município diverso do pretendido, ainda que seja um município limítrofe.

Questão 13

População do nordeste do estado X está insatisfeita com a grave crise financeira passada pelo estado, diante da incompetência do governador na gestão do estado no último biênio. Em razão do feito, aprovou em plebiscito o desmembramento de parte do referido território do estado X e sua incorporação ao estado Z, tendo sido aprovado também pela população

deste último. Por consequência, os governadores dos dois estados se sensibilizaram com a causa e editaram um ato em conjunto sacramentando o desmembramento e a realização da referida incorporação. Isto posto, tendo em vista o que dispõe a CRFB/88, pode-se afirmar que o procedimento está:

- a) correto, muito embora após a aprovação pelas populações interessadas e a edição de um ato conjunto, cada Assembleia Legislativa deve editar a lei de sua competência;
- b) incorreto, tendo em vista que o princípio da indissolubilidade da Federação impede a possibilidade de alteração entre os estados de ordem territorial;
- c) correto, visto que as populações interessadas foram devidamente ouvidas e houve confirmação entre os governadores;
- d) incorreto, haja vista que além da aprovação pela população diretamente interessada ainda será necessária a aprovação do Congresso Nacional, mediante por lei complementar.

Comentários

Gabarito: D

Questão interessante! É possível o desmembramento ou incorporação de estados? Sim. Mas, professor, nossa CRFB/88 não prevê a indissolubilidade da federação?

Sim também. (rs). Agora, cuidado, a previsão do artigo 1º impede a secessão (separação) de uma unidade da Federação, mas não a modificação da organização territorial. (que seria, por exemplo, o desmembramento de uma parte de um estado)

Essa é a regra do art.18º, § 3º, CRFB/88: *Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.*

E quais seriam os requisitos?

- 1) Aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito;
- 2) Manifestação das assembleias legislativas (embora seja meramente opinativa e cujo parecer não é vinculante - art. 4º da Lei 9.709/1998)
- 3) Edição de lei complementar pelo Congresso Nacional (Lei 9.709, art. 4º, § 1º)

Questão 14

Priscila é servidora pública do Estado da Bahia, mas em 20XY acabou sendo eleita vereadora no Município de Salvador em razão do seu trabalho com crianças carentes no bairro da paz. O horário de trabalho na repartição estadual em que exerce as suas funções se estende, diariamente, das 8h00 às 18h00. Por outro lado, a câmara Municipal informou que as sessões

também diariamente das 8h00 às 12h00. Preocupada com o “choque” de horários, Priscila procura seu amigo Igor, advogado experiente no âmbito eleitoral e administrativo, para que o mesmo possa lhe passar algumas orientações. À luz da sistemática constitucional, o advogado a orienta que a partir da posse:

- a) optando pelo mandato eletivo, ela poderá continuar no cargo que ocupa no Estado, mas receberá exclusivamente o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora;
- b) se assumir o mandato eletivo será afastada do cargo que ocupa no Estado, no entanto receberá a respectiva remuneração juntamente com o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora;
- c) optando pelo mandato eletivo, ela será exonerada do cargo estadual, pois é vedada a acumulação de cargos públicos;
- d) se assumir o mandato eletivo será afastada do cargo que ocupa no Estado, mas poderá optar entre esta remuneração e o subsídio correspondente ao exercício das funções de vereadora.

Comentários

Gabarito: D

Pessoal, a Constituição estabelece regras próprias para acumulação de cargos daqueles irão exercer mandato eletivo. No caso do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, o art. 38, CRFB/88 diz:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

Então, fechamos a questão. ;) Priscila foi investida no mandato de vereadora? Sim. Mas não há compatibilidade de horários. Portanto, não poderá exercer as duas funções e perceber as duas vantagens dos cargos. Nesse caso, incide as mesmas regras para prefeito. Ela será afastada (e não exonerada, cuidado), mas poderá optar por uma das duas remunerações.

Questão 15

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu seção própria para tratamento de normas acerca da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Nesse sentido, assinale a alternativa incorreta.

- a) O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, exceto as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

- b) O TCU tem o papel de fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;
- c) O TCU tem o papel de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta;
- d) O TCU tem o papel de julgar as contas públicas prestadas pelo Presidente da República, em auxílio ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional.

Comentários

Gabarito: D

Letra A: Correta. De fato, esse é o papel do TCU. Está previsto no art. 70, inciso III *"apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório"*;

Letra B: Correta. É a previsão do art. 70, V - *fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo*;

Letra C: Correta. Trata-se do art. 70, II, CRFB/88: *"julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público"*

Letra D: Incorreta. Esse é o nosso gabarito. ;) Muito cuidado! O TCU não julga as contas do Presidente da república. Ele apreciar apenas essas contas prestadas anualmente, mediante um parecer prévio. Esse papel é do Congresso Nacional que realizar o controle externo. *Art. 70, I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento*;

Questão 16

Tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca do Poder Judiciário, compete ao STF, precipuamente, a guarda da Constituição, não lhe cabendo processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- b) o Presidente da República, nas infrações penais comuns.
- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

d) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

Comentários

Gabarito: D

Letra A: errada. Opa! Essa competência para processamento da ADI de lei ou ato normativo federal é sim do STF (art. 102, I, alínea a);

Letra B: errada. De fato, o Supremo tem essa competência para julgar o Presidente da República, nas infrações penais comuns (art. 102, I, alínea b);

Letra C: errada. De fato, cabe ao STF processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território (art. 102, I, alínea e);

Letra D: correta. Esse é o nosso gabarito. Cuidado. Homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias não é competência do STF, mas sim do Superior Tribunal de Justiça – STJ (art. 105, I, alínea i)

Questão 17

À luz da ordem jurídica constitucional, pode-se afirmar que são parâmetros para o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma norma:

- a) as normas do corpo permanente da Constituição, as disposições Constitucionais Transitórias e o Preâmbulo;
- b) o Preâmbulo e as normas do corpo permanente da Constituição;
- c) apenas as normas do corpo permanente da Constituição.
- d) as normas do corpo permanente da Constituição, as Disposições Constitucionais Transitórias e o texto das Emendas Constitucionais.

Comentários

Gabarito: D

As normas constitucionais do corpo permanente da Constituição, além do ADCT e das emendas constitucionais elas podem servir de parâmetro para o reconhecimento da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Agora, no entanto, o preâmbulo trata-se apenas de uma parte que antecede o texto constitucional. Segundo o STF, é apenas fonte de interpretação; não é norma constitucional; não dispõe de força normativa ou caráter vinculante. Não serve de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade e não estabelece limites para o Poder Constituinte.

Direitos Humanos

Questão 18

Em 2017, quase 18 mil venezuelanos pediram refúgio ao Brasil devido à crise político-econômica no país vizinho. Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), o número de solicitações foi cinco vezes maior que o registrado em 2016, quando 3.354 venezuelanos requisitaram refúgio. Além disso, entre maio e dezembro do ano passado, cerca de 8,5 mil venezuelanos requereram residência temporária em território brasileiro – números ainda não confirmados pelo Ministério da Justiça e pelo Comitê Nacional para os Refugiados. (Agência Brasil)

Tendo em vista o texto acima e o disposto na Convenção e no Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, assinale que retrata o princípio da proibição de expulsão ou de rechaço expressamente prevista:

- a) O Brasil não poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas, exceto se considerado um perigo à segurança do Brasil ou se condenado por crime grave.
- b) O Brasil não poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas, mesmo se considerado um perigo à segurança do Brasil ou se condenado por crime grave.
- c) O referido princípio implica na vedação da expulsão para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por questões de raça ou religião, não abrangendo a ameaça à vida ou liberdade por razões políticas.
- d) O Brasil poderá expulsar venezuelano para o país de origem caso haja ameaça à vida ou liberdade em razão por opiniões políticas em nosso território.

Comentários

Gabarito: A

De acordo com o art. 33, item 1, da Convenção, “nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de forma alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que sua vida ou liberdade seja ameaçada em decorrência da sua raça, religião, nacionalidade, grupo social a que pertença ou opiniões políticas”.

Além disso, o item 2 do referido dispositivo prevê que “o benefício da presente disposição não poderá, todavia, ser invocado por um refugiado que por motivos sérios seja considerado um perigo à segurança do país no qual ele se encontre ou que, tendo sido condenado definitivamente por um crime ou delito particularmente grave, constitua ameaça para a comunidade do referido país”.

Questão 19

Durante a realização de evento esportivo na Rússia, um grupo de brasileiros, valendo-se da disparidade entre as línguas, faz a gravação de vídeo expondo uma russa constrangimento ao fazê-la repetir palavras obscenas.

Tal situação viola, à luz dos Direitos Humanos, as regras contidas na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

De acordo com o documento internacional, cabe ao Estado Russo, a fim de elidir práticas discriminatórias contra a mulher, entre outras medidas:

- a) Consagrar normas infraconstitucionais protetivas à mulher, vedando-se a previsão de regras protetivas na Constituição.
- b) Adotar medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher por pessoas naturais, não podendo, entretanto, impor sanções a organizações e empresas.
- c) Derrogar leis internas que constituírem discriminação contra a mulher.
- d) Prever medidas sancionatórias por atos discriminatórias, vedando-se a previsão de ações afirmativas.

Comentários

Gabarito: C

Confira o art. 2º da Convenção:

Artigo 2º

Os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir, por todos os meios apropriados e sem dilações, uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a:

- a) Consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas constituições nacionais ou em outra legislação apropriada o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados a realização prática desse princípio;
- b) Adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher;
- c) Estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher numa base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação;
- d) Abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação;
- e) Tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa;
- f) Adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher;
- g) Derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.

Direito Internacional

Questão 20

Sobre a Lei de Migração, assinale a alternativa correta.

- a) A deportação é medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular e que tenha cometido crime em território nacional.
- b) A deportação será precedida de notificação pessoal ao deportando, da qual constem, expressamente, as irregularidades verificadas e prazo para a regularização não inferior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, por despacho fundamentado e mediante compromisso de a pessoa manter atualizadas suas informações domiciliares.
- c) A deportação não exclui eventuais direitos adquiridos em relações contratuais ou decorrentes da lei brasileira.
- d) A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País não equivale ao cumprimento da notificação de deportação para todos os fins.

Comentários

Gabarito: C

Fundamentação legal: Art.50, Lei de Migração. A deportação não é crime, apenas irregularidade. A saída voluntária de pessoa notificada para deixar o País equivale ao cumprimento da notificação de deportação para todos os fins. O prazo é de 30 dias.

Questão 21

Sobre a Lei de Migração, assinale a alternativa correta.

- a) A naturalização somente pode ser ordinária, extraordinária e especial.
- b) Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 6 meses.
- c) O naturalizado perderá não perderá a nacionalidade em razão de condenação transitada em julgado por atividade nociva ao interesse nacional
- d) A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente.

Comentários

Gabarito: D

Fundamentação legal: Art., 70 e 75, Lei de Migração. A naturalização pode ser ordinária, extraordinária, especial ou provisória. O prazo mínimo é de quatro anos e o naturalizado perde a nacionalidade em razão de atividade nociva.

Direito Tributário

Questão 22

A União fixou a alíquota do IPI incidente sobre a cachaça em 75% e a alíquota incidente sobre o suco de frutas em 15%. Paralelamente, o Estado X fixou a alíquota do ICMS incidente sobre a circulação de feijão em 0% (amparado em convênio aprovado junto ao CONFAZ) e a alíquota incidente sobre a circulação de cigarro em 18%. Sobre as hipóteses é correto afirmar que a diferenciação das alíquotas relativamente a cada tipo de imposto:

- a) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e para o ICMS.
- b) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.
- c) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e para o ICMS.
- d) Decorre do Princípio da Seletividade, que é de observância facultativa para o IPI e obrigatória para o ICMS.

Comentários

Gabarito: B

O inciso I do § 3º do art. 153 da CF/88 prescreve que o IPI *será* (e não que *poderá ser*, sendo, assim, de observância obrigatória para esse imposto) seletivo em função da essencialidade do produto, enquanto o inciso III do § 2º do art. 155 da CF/88 prescreve que o ICMS *poderá* (e não que *será*, sendo, assim, de observância facultativa para esse imposto) ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.

Portanto, o Princípio da Seletividade é de observância obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.

Questão 23

O Município M inscreveu determinado contribuinte na Dívida Ativa em 28/08/2017 pelo não pagamento do IPTU do exercício de 2017. Após essa inscrição o Município ajuizou a respectiva Execução Fiscal em 15/03/2018 e somente após a tentativa de citação, em 21/05/2018, obteve a informação de que o contribuinte, executado, faleceu em 15/04/2016. Diante desse cenário, à luz da jurisprudência do STJ está correto o que se afirma em:

- a) A CDA poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância, indicando o espólio do executado e os seus sucessores como sujeitos passivos.
- b) O Município poderá pedir a inclusão do espólio do executado e dos seus sucessores no polo passivo da Execução Fiscal, eis que o vício é sanável.

- c) A execução fiscal prosseguirá normalmente, com a penhora de bens do espólio, independentemente deste figurar no polo passivo da execução fiscal.
- d) A execução fiscal deve ser extinta, pois o título executivo possui um vício insanável.

Comentários

Gabarito: D

Os artigos 202 do CTN e 2º, § 5º, da Lei Federal nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal) descrevem os requisitos do Termo de Inscrição na Dívida Ativa e os requisitos da consequente CDA – Certidão Da Dívida Ativa (nome do devedor, valor originário da dívida, seu fundamento etc.). Em caso de vício na CDA (incorreção quanto a algum desses elementos ou requisitos), o § 8º do referido art. 2º da Lei de Execução Fiscal prescreve que “Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos”. Contudo, apesar da possibilidade legal de emenda ou substituição da CDA em questão, a Súmula nº 392 do STJ fixa o entendimento de que “A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução”. Portanto, de acordo com tal entendimento, não resta alternativa senão extinguir o processo de execução fiscal quando houver erro na indicação da pessoa do executado, sendo esse, pois, um vício insanável.

Questão 24

O Chefe do Poder Executivo Federal majorou as alíquotas do IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física por meio de Medida Provisória publicada em 25/04/2017, mantendo inalteradas, no entanto, as faixas de rendimento sobre as quais se dá a incidência do imposto. Essa majoração:

- a) Produzirá efeitos após 90 dias, contados da publicação da Medida Provisória, em obediência ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- b) É inconstitucional, pois as alíquotas do IR – Imposto de Renda não podem ser majoradas por meio de Medida Provisória, em obediência ao Princípio da Legalidade Tributária.
- c) Produzirá efeitos no exercício de 2018 se for convertida em lei até o término de 2017.
- d) É inconstitucional, por se tratar de matéria reservada à Lei Complementar.

Comentários

Gabarito: C

O art. 62, § 2º, da CF/88 permite, expressamente, a instituição ou aumento de impostos por meio de Medida Provisória. Portanto, resta superada a discussão acerca da constitucionalidade do uso de Medida Provisória para tais finalidades, sendo, pois, plenamente constitucional (essa constitucionalidade já foi inclusive

reconhecida pelo STF). Contudo, o referido § 2º prescreve que a “Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada”. Portanto, a Medida Provisória em questão poderá ser editada, sem vício de constitucionalidade, mas só poderá produzir efeitos no exercício de 2018 se for convertida em lei até o término de 2017.

Questão 25

Determinada autarquia federal importou, diretamente, sem a intermediação de terceiros (importação direta), bens relacionados com suas finalidades essenciais. Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) A autarquia é imune quanto à incidência do ICMS.
- b) A autarquia não é imune quanto à incidência do ICMS, pois ela é contribuinte de fato do imposto.
- c) A autarquia é imune quanto à incidência do ICMS, desde que atenda as condições e requisitos estabelecidos em lei federal de caráter nacional.
- d) A autarquia não é imune quanto à incidência do ICMS e o imposto deverá ser pago, no Brasil, pelo vendedor dos bens.

Comentários

Gabarito: A

Em regra, contribuinte do ICMS é a pessoa que circula a mercadoria ou o serviço tributável por esse imposto (art. 155, inciso II, da CF/88). Contudo, no caso de importação (quando também há incidência do imposto, nos termos do art. 155, § 2º, inciso IX, alínea “a”, da CF/88), é considerado contribuinte do imposto a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, importar mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade (art. 4º, Parágrafo Único, inciso I, da LC 87/96). Acaso o importador seja pessoa imune, como as autarquias quanto aos bens relacionados às suas finalidades essenciais (art. 150, inciso VI, alínea “a”, § 2º, da CF/88), incidirá, então, a regra de imunidade.

Questão 26

A pessoa jurídica X deixou de quitar débitos relativos à CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Após a regular inscrição em dívida ativa, foi proposta a consequente execução fiscal para a cobrança desses débitos. Com a citação, a executada houve por bem oferecer bens à penhora, que foram aceitos pela Fazenda Pública exequente, tendo em vista sua intenção de opor Embargos à Execução Fiscal, por entender que os valores não são devidos. Os Embargos à Execução Fiscal já foram opostos e aguardam julgamento. Ocorre que a pessoa jurídica X, executada, pretende participar de uma licitação, em relação à qual terá que apresentar, necessariamente, uma certidão de regularidade fiscal quanto aos tributos federais. Considerando

apenas os dados apresentados, é possível afirmar que a pessoa jurídica executada:

- a) Não poderá participar da licitação, pois há crédito tributário vencido e não pago.
- b) Poderá participar da licitação somente após a extinção do crédito tributário.
- c) Poderá participar da licitação, pois a existência de débito em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora enseja a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos.
- d) Poderá participar da licitação somente se previamente autorizada por meio de despacho da autoridade responsável pelo certame.

Comentários

Gabarito: C

De acordo com o disposto no art. 206 do CTN, a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa. Trata-se, no caso desse dispositivo, da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos, com a qual pode o contribuinte exercer os mesmos direitos que exerceria com uma Certidão Negativa de Débitos. A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos tem o mesmo efeito da negativa, ou seja, é uma certidão de regularidade fiscal, mas não é a negativa em si. Como houve a penhora de bens no problema em foco, a contribuinte terá direito, portanto, a essa certidão de regularidade fiscal.

Direito Administrativo

Questão 27

Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, devendo-se observar:

- a) constitui parceria público-privada a concessão quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado;
- b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- c) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- d) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 3 (três) anos.

Comentários

Gabarito: C

Trata-se da recente alteração da Lei nº 11.079/2004, o novo piso estabelecido no seu artigo 2º, §4º, inciso I, com redação dada pela Lei nº 13.529/17:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

Assim, o piso foi reduzido de vinte milhões para dez milhões.

Questão 28

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a alternativa correta:

a) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/99;

b) O Poder Executivo poderá qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde;

c) As sociedades comerciais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

d) Não é permitido ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

Comentários

Gabarito: A

Disposição direta do art. 1º da Lei nº 9.790/99.

Letra B: Esse é o caso das organizações sociais, devendo-se observar que não é o caso de qualquer pessoa jurídica, mas apenas as que atendam aos requisitos da Lei nº 9.637/98.

Letra C: É o caso de uma exceção, conforme art. 2º inciso I da Lei nº 9.790/99:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I - as sociedades comerciais;

Letra D: Art. 14 da Lei nº 9.637/98:

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

Questão 29

Sobre as diretrizes constitucionais da política de desenvolvimento urbano, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante prévia e justa indenização em dinheiro, sem ressalvas, por expressa determinação constitucional.
- b) É facultado ao Poder Público municipal, mediante Decreto específico para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos de lei municipal, do proprietário de solo urbano não edificado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposição de penalidades sucessivas.
- c) Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não se trate de imóvel público e que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.
- d) O cumprimento da função social da propriedade urbana dependerá do atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor do Município, aprovado pelo Senado Federal e obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Comentários**Gabarito: C**

Disposição do art. 183 da CF:

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Letra A: Há possibilidade de pagamento em títulos da dívida pública, conforme art. 182, §4º, inciso III da CF:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Letra B: No mesmo §4º acima transcrito, percebe-se que isso só pode ocorrer mediante lei. No caso, o item traz o termo “decreto específico”.

Letra D: A aprovação do Plano Diretor depende da Câmara Municipal, conforme o art. 182, §§1º e 2º da CF:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Questão 30

Durante rebelião em um presídio, Charles, condenado a vinte e oito anos de prisão por diversos crimes, decidiu fugir e, para tanto, matou o presidiário Valmir e o agente penitenciário Vicente. Com referência a essa situação hipotética e à responsabilização da administração, assinale a alternativa correta.

- a) Se a família de Valmir decidir pleitear indenização ao Estado, terá de provar, além do nexo de causalidade, a existência de culpa da administração, pois, neste caso, a responsabilidade do Estado é subjetiva.
- b) O Estado não responde pelos danos causados a presidiários, haja vista a situação periclitante ocasionada pelos próprios detentos.
- c) A família de Valmir poderá pleitear indenização em face do Estado devendo a responsabilização do ente público nestes casos ocorrer de forma objetiva, em razão da falha no dever de guarda do presidiário.
- d) Charles não responderá por quaisquer dos crimes cometidos durante sua fuga porque exerceu seu direito de lutar por sua liberdade.

Comentários

Gabarito: C

A responsabilidade civil do Estado nestes casos é objetiva.

Em razão dos riscos inerentes ao meio em que os indivíduos foram inseridos pelo próprio Estado, no caso de custódia, e, sobretudo, em razão de seu dever de zelar pela integridade física e moral desses indivíduos (art. 5.º, XLIX, da CF), o Estado deve responder objetivamente pelos danos causados a sua integridade física e moral.

Assim, em razão desta especial relação de supremacia entre o Estado e o indivíduo, é dever do Estado garantir a incolumidade física dos indivíduos custodiados, seja contra atos de terceiro, seja contra ato do próprio indivíduo, a exemplo do suicídio referido na questão.

Portanto, deve o Estado responder objetivamente pela morte de detento, ocorrida no interior do estabelecimento prisional ou de hospital psiquiátrico. Neste sentido, pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

*EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2. A omissão do Estado reclama nexos de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4. **O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal, na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.** 5. Ad impossibilia nemo tenetur, por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional. 6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7. **A responsabilidade civil estatal resta conjeturada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso.** 8. **Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.** 9. In casu, o tribunal a quo assentou que incorreu a comprovação do suicídio do detento, nem outra causa capaz de romper o nexo de causalidade da sua omissão com o óbito ocorrido, restando escorreita a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal. 10. Recurso extraordinário DESPROVIDO.*

(RE 841526, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30/03/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016)

Questão 31

Cidadão que pretenda obter, judicialmente, a anulação de atos de despesas com hospedagem e alimentação de familiares do Presidente da República, autorizados e praticados em viagem oficial pelo próprio chefe do Executivo federal, bem como o consequente ressarcimento ao erário das verbas dispendidas a esse título, sob alegação de ofensa à moralidade administrativa e lesividade ao patrimônio público, poderá, em tese, valer-se de

- a) ação civil pública, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) ação popular, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) ação popular, de competência da Justiça federal.

Comentários**Gabarito: D**

A questão exigia o conhecimento de que a Ação Popular serve para a proteção do patrimônio público pelo cidadão e que independente de quem seja o Réu na Ação Popular, se detentor ou não de foro privilegiado por prerrogativa de função, a competência para processar e julgar a demanda será, regra geral, do juiz de primeiro grau de jurisdição.

Questão 32

Em uma repartição pública municipal são feitas, periodicamente, contratações regulares de estagiários, atendendo ao interesse público e também permitindo que o Poder Público contribua para a capacitação dos universitários. Constatou-se, certa vez, que um dos estagiários que atuava em determinado setor vinha cobrando pelo fornecimento de informações e certidões cuja gratuidade é garantida por lei. Os valores coletados, apurou-se, destinavam-se ao uso particular do referido estagiário. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.429/1992, o estagiário:

- a) pode ser processado por ato de improbidade, não sendo exigida comprovação de prejuízo ao erário, mas sim da conduta dolosa do autor do ato.
- b) somente poderá ser incurso nas disposições da lei de improbidade se ficar comprovado dolo, o que confere maior rigor para enquadramento como sujeito passivo.
- c) pode ser punido por ato de improbidade, visto que está abrangido pelo conceito de agente público para aquela finalidade, sendo necessária a comprovação de dolo e de prejuízo ao erário.
- d) pode ser punido por ato de improbidade caso tenha ingressado na Administração pública por meio de concurso público e já tenha decorrido o período de estágio probatório, o que lhe conferirá o status de servidor público.

Comentários**Gabarito: A**

Destaca-se importante julgado do STJ sobre a possibilidade de enquadramento do estagiário como agente público (art. 2º da lei nº 8.429/92) para fins de aplicação da lei de improbidade administrativa:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ESTAGIÁRIA. ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO PRECONIZADO PELA LEI 8.429/92. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (...)

4. Contudo, o conceito de agente público, constante dos artigos 2º e 3º da Lei 8.429/1992, abrange não apenas os servidores públicos, mas todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou

qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública.

5. Assim, o estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, se enquadra no conceito legal de agente público preconizado pela Lei 8.429/1992. Nesse sentido: Resp 495.933-RS, Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 19/4/2004, MC 21.122/CE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13/3/2014.

6. Ademais, as disposições da Lei 8.429/1992 são aplicáveis também àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta, pois o objetivo da Lei de Improbidade é não apenas punir, mas também afastar do serviço público os que praticam atos incompatíveis com o exercício da função pública.

7. Recurso Especial provido.

(REsp 1352035/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 08/09/2015)

Ademais, o ato cometido pelo estagiário é disposto pelo art. 9º inciso I da referida lei e não necessita da comprovação da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;

Direito Ambiental

Questão 33

O Governo Federal pretende criar uma unidade de conservação de proteção integral no Estado do Pará, com o objetivo básico de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

De acordo com a Lei 9.985/00 e as disposições constitucionais, marque a opção correta:

a) A criação de um Parque Nacional atenderia aos propósitos do Governo, haja vista ser uma categoria de unidade de conservação pertencente ao grupo de proteção integral e que atende aos objetivos desejados.

b) Independentemente da categoria escolhida, a unidade de conservação a ser criada não precisará ter zona de amortecimento e corredores ecológicos.

- c) Para a criação da unidade de conservação, consulta pública e estudos técnicos não são obrigatórios.
- d) Para atender aos propósitos desejados, o Governo pode criar por intermédio de um decreto uma área de proteção ambiental (APA).

Comentários

Gabarito: A

- a) CERTO. Art. 8º c/c art. 11, da Lei 9.985/00. O Parque Nacional é uma unidade de conservação de Proteção Integral e tem como objetivo básico de preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- b) ERRADO. De acordo com o art. 25, da Lei 9.985/00, as unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.
- c) ERRADO. De acordo como artigo 22, § 2º, da Lei 9.985/00, a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento. Ainda conforme o § 4º, deste mesmo artigo, como exceção temos que na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta pública.
- d) ERRADO. A Área de Proteção Ambiental (APA) é unidade de conservação de uso sustentável. Logo, não atenderia aos propósitos do Governo, uma vez que o objetivo é criar uma unidade de conservação de proteção integral.

Questão 34

Governo Federal irá licenciar diversos empreendimentos de infraestrutura. De acordo com as normas ambientais e as disposições constitucionais, marque a opção correta:

- a) Se a obra ou atividade for potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, o estudo prévio de impacto ambiental será exigido.
- b) No caso de haver necessidade de EIA/RIMA, este será totalmente sigiloso por ser uma obra estratégica para o Governo.
- c) Embora haja normas infraconstitucionais a respeito do tema, a Constituição Federal de 1988 é silente com relação à exigência de estudo prévio de impacto ambiental.
- d) O EIA/RIMA será exigido para toda e qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer dano ao meio ambiente.

Comentários

Gabarito: A

- a) CERTO. De acordo com o art. 225, §1º, IV, da CF88, o Poder Público deve exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- b) ERRADO. De acordo com o art. 225, §1º, IV, da CF88, o Poder Público deve exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- c) ERRADO. A CF88 não é silente sobre a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, uma vez que dispõe sobre o tema em seu art. 225, §1º, IV, da CF88.
- d) ERRADO. O EIA/RIMA somente será exigido no caso de significativa degradação do meio ambiente.

Direito Civil**Questão 35**

Igor é fiador de Fernando num contrato celebrado por este com Diego. Depois do inadimplemento de Fernando, Igor alega que a cobrança realizada por Diego é indevida, porque ele praticou ato que extinguiu o contrato. Assinale a alternativa a qual indica corretamente não ter havido extinção da fiança:

- a) se Igor indicar que Fernando tem patrimônio suficiente para arcar com a dívida, alegando haver o benefício da excussão.
- b) se, sem consentimento de Igor, Diego conceder moratória ao Fernando.
- c) se, por ato praticado por Diego, for impossível a sub-rogação de Igor em seus direitos e preferências em relação a Fernando.
- d) se Diego, em pagamento da dívida, aceitar amigavelmente de Fernando um veículo, ainda que depois venha a perdê-lo por evicção.

Comentários**Gabarito: A**

A **alternativa A** está correta, porque o art. 839 ("Se for invocado o benefício da excussão e o devedor, retardando-se a execução, cair em insolvência, ficará exonerado o fiador que o invocou, se provar que os bens por ele indicados eram, ao tempo da penhora, suficientes para a solução da dívida afiançada") determina que o fiador deve indicar bens específicos, e não genericamente que o devedor tem patrimônio.

A **alternativa B** está incorreta, nos termos do art. 838, inc. I: "O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, sem consentimento seu, o credor conceder moratória ao devedor".

A **alternativa C** está incorreta, segundo o art. 838, inc. II: "O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se, por fato do credor, for impossível a sub-rogação nos seus direitos e preferências".

A **alternativa D** está incorreta, na dicção do art. 838, inc. III: "O fiador, ainda que solidário, ficará desobrigado se o credor, em pagamento da dívida, aceitar amigavelmente do devedor objeto diverso do que este era obrigado a lhe dar, ainda que depois venha a perdê-lo por evicção".

Questão 36

Renato, colecionador de relíquias antigas, descobre, em pesquisa a seus registros pessoais, que o navio no qual sua família chegou ao Brasil afundou em território brasileiro. Posteriormente, em contato com a Marinha, acaba por saber que há registros navais sobre o afundamento. Desejoso de encontrar objetos de sua família para expor em um museu que há tempos vinha imaginando criar, parte para realizar buscas da embarcação. Depois de dois anos sem êxito, anuncia que dará R\$ 1 milhão a quem encontrar e lhe indicar precisamente as coordenadas geográficas do HMS Borelli. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) se Paulo encontrar os destroços e informar a Renato, Pedro, que também o encontra, mas posteriormente a Paulo, terá direito à indenização pelos gastos que tiver, dado que a promessa não tem prazo.
- b) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear a quantia prometida entre os dois, sendo que o vencedor não tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.
- c) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear a quantia prometida entre os dois, sendo que o vencedor tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.
- d) se Paulo e Pedro encontrarem simultaneamente o navio, Renato deve sortear entre os dois o veículo prometido, no valor de R\$ 1 milhão, sendo que o vencedor tem de indenizar o perdedor pelo seu quinhão.

Comentários

Gabarito: D

A **alternativa A** está incorreta, nos termos do art. 857: "Se o ato contemplado na promessa for praticado por mais de um indivíduo, terá direito à recompensa o que primeiro o executou".

A **alternativa B** está incorreta, pois a recompensa é divisível, devendo ela ser, portanto, dividida entre ambos, não se falando em sorteio.

A **alternativa C** está incorreta, pelas mesmas razões apontadas na assertiva anterior.

A **alternativa D** está correta, na literalidade da segunda parte do art. 858: "Sendo simultânea a execução, a cada um tocará quinhão igual na recompensa";

se esta não for divisível, conferir-se-á por sorteio, e o que obtiver a coisa dará ao outro o valor de seu quinhão”.

Questão 37

Rosenval sofre uma tentativa de roubo em seu refúgio ecológico. Os meliantes, no ato, desferem um tiro contra ele. Posteriormente, se descobre que o ato fora uma represália de um rico fazendeiro local, em virtude do ativismo de Rosenval pela proteção do meio ambiente. O Ministério Público denuncia o fazendeiro e uma ação penal começa a tramitar. O juiz cível, então, suspende a ação de reparação movida por Rosenval contra o mandante do crime. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) a responsabilidade civil depende da criminal, pelo que a decisão na ação penal faz coisa julgada no cível.
- b) se o fazendeiro for inocentado por ausência de provas, a ação de indenização de Rosenval deve ser julgada improcedente pelo juiz cível.
- c) se o fazendeiro for condenado no cível, pode o juiz criminal inocentá-lo no juízo criminal.
- d) a negativa de autoria ou de materialidade sempre fazem coisa julgada no juízo cível.

Comentários

Gabarito: C

A **alternativa A** está incorreta, de acordo com o art. 935: “A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal”.

A **alternativa B** está incorreta, já que o mesmo art. 935 determina que apenas se a questão trata de certeza quanto “a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor” é que a decisão faz coisa julgada no cível.

A **alternativa C** está correta, pois não há coisa julgada do cível no criminal, como se vê pelo art. 935.

A **alternativa D** está incorreta, porque se a negativa de autoria ou materialidade configurarem ausência de prova, não há que se falar em coisa julgada no cível.

Questão 38

Manoela e Helena são primas. Apaixonadas, pretendem se casar. Manoela tem Síndrome de Down, pelo que precisa da assistência dos pais quando pretende realizar algum ato jurídico mais complexo. Helena, com 17 anos de idade, não consegue autorização do pai, que se nega a fornecê-la porque não quer que a filha se case com alguém nas condições de Manoela. Celebrado o casamento, é correto afirmar que ele é

- a) nulo, pois há impedimento absoluto previsto no Código Civil para o casamento a ser realizado entre parentes de terceiro grau.
- b) nulo, já que o STJ permite apenas a união estável entre pessoas do mesmo sexo, proibindo-se o matrimônio.
- c) anulável, porque uma das nubentes, já em idade núbil, não possui autorização do responsável legal
- d) anulável, porque Manoela não tem o necessário discernimento para a prática do ato

Comentários**Gabarito: C**

A **alternativa A** está incorreta, pois, de acordo com o art. 1.521, inc. IV ("Não podem casar os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive"), apenas parentes até o terceiro grau não podem se casar (tios e sobrinhos).

A **alternativa B** está incorreta, porque, com a decisão do STF reconhecendo a união de pessoas do mesmo sexo, não há que se falar em impedimento ao casamento, já que a CF/1988, no art. 226, §3º, facilita a conversão da união estável em casamento. O CNJ, inclusive, tem norma a respeito.

A **alternativa C** está correta, nos termos do art. 1.550, inc. II: "É anulável o casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal".

A **alternativa D** está incorreta, dado que, depois das alterações promovidas no CC/2002 pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, a pessoa não pode ter seu matrimônio impedido.

Questão 39

Segundo o Código Civil, não se extingue o poder familiar dos pais sobre os filhos:

- a) pela morte de um dos genitores.
- b) pela maioridade.
- c) pela emancipação voluntária.
- d) por decisão judicial, em caso de abuso de autoridade reiterada.

Comentários**Gabarito: A**

A **alternativa A** está correta, porque o art. 1.635, inc. I ("Extingue-se o poder familiar pela morte dos pais ou do filho") determina a extinção do poder familiar apenas no caso de morte de ambos os pais.

A **alternativa B** está incorreta, segundo o art. 1.635, inc. III: "Extingue-se o poder familiar pela maioridade".

A **alternativa C** está incorreta, de acordo com o art. 1.635, inc. II: "Extingue-se o poder familiar pela emancipação".

A **alternativa D** está incorreta, porque o art. 1.635, inc. V ("Extingue-se o poder familiar por decisão judicial, na forma do artigo 1.638"), menciona o art. 1.638, inc. IV ("Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente"). Este, por sua vez, faz remissão ao anterior, que trata precisamente do abuso de autoridade.

Questão 40

Daniela e Rodrigo, professores, querem se casar. Ambos, iniciando a vida financeira e muito apaixonados, resolvem se casar no regime da comunhão universal de bens. Posteriormente, depois de muitos anos de convivência, pretendem se divorciar. Assinale a alternativa que indica corretamente aquilo que não integrará a comunhão e consequente partilha:

- a) o veículo que Rodrigo comprou com o dinheiro oriundo da venda da casa de seu falecido pai, recebida por direito hereditário, clausulado o bem com incomunicabilidade.
- b) a dívida que Rodrigo tinha, antes de casar, proveniente do pagamento do buffet da festa de casamento, para surpreender Daniela, que não sabia da contratação daquele chique chef de cozinha.
- c) a dívida do financiamento imobiliário que Daniela fez antes de casar, para a aquisição do apartamento no qual o casal passou a morar.
- d) a herança que Daniela receber em virtude do falecimento de seu avô, em data posterior ao casamento dela com Rodrigo.

Comentários

Gabarito: A

A **alternativa A** está correta, consoante o art. 1.668, inc. I: "São excluídos da comunhão os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar".

A **alternativa B** está incorreta, de acordo com o art. 1.668, inc. III: "São excluídos da comunhão as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum".

A **alternativa C** está incorreta, segundo a parte final do supracitado art. 1.668, inc. III.

A **alternativa D** está incorreta, na dicção do supracitado art. 1.668, inc. I. Veja que o dispositivo só excepciona a herança em caso de existência de cláusula de incomunicabilidade.

Questão 41

Priscila pretende construir uma casa no terreno recém-adquirido, depois do sucesso de vendas de seu livro de prática trabalhista. Ricardo, seu vizinho e professor de Direito, ao conhecer a nova vizinha e o projeto apresentado

pelo arquiteto, a alerta que um item da edificação está em desacordo com a legislação sobre as edificações. Assinale a alternativa que indica corretamente qual seria a obra que violaria as normas construtivas previstas no Código Civil brasileiro.

- a) o terraço do segundo piso do imóvel que fica a dois metros do muro divisório.
- b) o muro, que invade o terreno de Ricardo, proporcionalmente, na meia espessura.
- c) a parede de tijolos de vidro, oblíqua ao terreno de Ricardo, situada a um metro do terreno deste.
- d) a janela de meio metro de comprimento, situada a mais de dois metros de altura, distante um metro do terreno de Ricardo.

Comentários

Gabarito: D

A **alternativa A** está incorreta, nos termos do art. 1.301, caput: “É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho”.

A **alternativa B** está incorreta, segundo o art. 1.305: “O confinante, que primeiro construir, pode assentar a parede divisória até meia espessura no terreno contíguo, sem perder por isso o direito a haver meio valor dela se o vizinho a travejar, caso em que o primeiro fixará a largura e a profundidade do alicerce”.

A **alternativa C** está incorreta, consoante a regra do art. 1.301, §1º: “As janelas cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, não poderão ser abertas a menos de setenta e cinco centímetros”.

A **alternativa D** está correta, como dispõe o supracitado art. 1.301, caput.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 42

Marcelle e Fernando, casados, ela com 20 anos, ele com 25, decidem ingressam com pedido de habilitação para adoção perante a Vara da Infância e Juventude de Cascavel/PR. Habilitados, e após aguardarem por 6 meses, procuram orientação jurídica. Informam a Paulo, procurador jurídico do casal, que pretendem adotar a menina Daniela, de 8 anos, que se encontra acolhida no Programa Família Acolhedora de Cascavel/PR há vários anos, aguardando para ser adotada.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a alternativa que indica a orientação correta a ser dada pelo advogado de Marcelle e Fernando.

- a) O casal não poderá adotar, pois Marcelle tem apenas 20 anos de idade e o Estatuto da Criança e do Adolescente exige dos pretendentes à adoção, 21 anos de idade.

- b) O casal poderá adotar Daniela, desde que demonstrem documentalmente que a menina está acolhida há mais de 2 anos, aguardando família substituta.
- c) O casal poderá adotar Daniela desde que demonstre que a adoção atende ao superior interesse da criança.
- d) O casal não poderá adotar, pois o adotante deve ser, pelo menos, 18 anos mais velho que o adotando.

Comentários

Gabarito: D

Para responder à questão devemos recordar o art. 42, do ECA:

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

Questão 43

Karoline e Igor, casados há 5 anos, e com dificuldades na condução do casamento, passam a discordar quanto ao exercício do poder familiar de Priscila, cinco anos.

Além disso, após o acidente que vitimou seus pais, Karoline envolveu-se fortemente com o alcoolismo, de modo que Priscila, com frequência, é exposta a situações de risco.

Igor preocupado com o alcoolismo de Karoline procura advogado para pleitear a guarda unilateral de Priscila.

Diante do exposto, a ação de guarda será ajuizada:

- a) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da ré, Karoline.
- b) perante o juízo cível da comarca do foro de residência da criança, Priscila.
- c) perante o juízo de família da comarca do foro de residência da criança.
- d) perante o juízo da infância e juventude do foro da residência da criança.

Comentários

Gabarito: D

Nesse caso, em razão da situação de risco enfrentada, a competência não será da vara de família, mas do juízo da infância e juventude, com fundamento no art. 148, parágrafo único, "a" e "d", do ECA.

Direito do Consumidor

Questão 44

Pedro finalmente conseguiu realizar a viagem de seus sonhos: Brasil -> Chile. Após longo passeio, retornou do aeroporto da capital chilena diretamente para Brasília. Porém, sua alegria durou pouco: após muito esperar no carregamento das bagagens, percebeu que suas malas haviam sido extraviadas. Desesperado, Pedro lhe pede assessoria jurídica, devendo este receber a informação correta de que:

- a) não caberá indenização no caso de extravio de bagagens, visto que não há qualquer responsabilidade por parte da empresa aérea;
- b) terá plena aplicação do Código de Defesa do Consumidor, visto que a relação entre Pedro e a empresa aérea é de consumo;
- c) deverá ser aplicada a Convenção de Varsóvia, visto ser o caso de voo internacional;
- d) o Poder Judiciário brasileiro é incompetente para julgar a causa, devendo esta ser julgada pelo Chile, ainda que reste comprovado a ocorrência do vício na prestação do serviço em solo brasileiro.

Comentários

Gabarito: C

Por muito tempo os Tribunais aplicaram a tese da plena aplicabilidade do CDC em casos semelhantes ao referido na questão.

As empresas aéreas, contudo, permaneceram discutindo a questão sob a ótica do artigo 178, da Constituição Federal:

*Art. 178. A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, **quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm)7 [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm), de [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm)1995 [HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm"](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc07.htm))*

A matéria chegou, então, ao Supremo Tribunal Federal e foi afetada através do Tema de Repercussão Geral de número 210.

Basicamente, alegavam as empresas aéreas que, conforme disposto no artigo 178, da Constituição Federal, a ordenação do transporte aéreo internacional deve obedecer aos acordos internacionais firmados pela União e não às regras do Direito do Consumidor.

Naturalmente, a Convenção de Varsóvia é bem menos protetiva aos direitos do passageiro como o é o CDC. Apenas para se ter uma ideia, o artigo 22 da referida Convenção estabelece um limite / um teto de valor indenizatório a ser pago pelas companhias aéreas aos consumidores em razão do serviço prestado.

Trata-se de ideia absolutamente dissociada da lógica adotada pelo Código de Defesa do Consumidor.

A saber:

[RE](http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=636331&classe=RE&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M) [HYPERLINK](#)
"[http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=636331&classe=RE&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M"636331](http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=636331&classe=RE&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M) / RJ - RIO DE JANEIRO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 25/05/2017 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

PROCESSO ELETRÔNICO

REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO

DJe-257 DIVULG 10-11-2017 PUBLIC 13-11-2017

RECTE.(S) : SOCIÉTÉ AIR FRANCE

ADV.(A/S) : JOSÉ MANUEL RODRIGUES LOPEZ

RECDO.(A/S) : SYLVIA REGINA DE MORAES ROSOLEM

ADV.(A/S) : HILTON DORESTE NOGUEIRA FILHO

AM. CURIAE. : IATA - INTERNATIONAL AIR TRANSPORT ASSOCIATION E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER E OUTRO(S) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : AMERICAN AIRLINES INC

ADV.(A/S) : CARLA CHRISTINA SCHNAPP E OUTRO(A/S)

Ementa

Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Extravio de bagagem. Dano material. Limitação. Antinomia. Convenção de Varsóvia. Código de Defesa do Consumidor. 3. Julgamento de mérito. É aplicável o limite indenizatório estabelecido na Convenção de Varsóvia e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil, em relação às condenações por dano material decorrente de extravio de bagagem, em voos internacionais. 5. Repercussão geral. Tema 210.

Fixação da tese: "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor". 6. Caso concreto. Acórdão que aplicou o Código de Defesa do Consumidor. Indenização superior ao limite previsto no art. 22 da Convenção de Varsóvia, com as modificações efetuadas pelos acordos internacionais posteriores. Decisão recorrida reformada, para reduzir o valor da condenação por danos materiais, limitando-o ao patamar estabelecido na legislação internacional. 7. Recurso a que se dá provimento.

[ARE](#)[HYPERLINK](#)

["http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=766618&classe=ARE&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M"766618](http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=766618&classe=ARE&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M) / SP - SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO

Julgamento: 25/05/2017 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

ACÓRDÃO ELETRÔNICO

DJe-257 DIVULG 10-11-2017 PUBLIC 13-11-2017

Parte(s)

RECTE.(S) : AIR CANADA

ADV.(A/S) : CARLA CHRISTINA SCHNAPP E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : CINTIA CRISTINA GIARDULLI

ADV.(A/S) : MARIA MIRTES GISOLFI

Ementa

Ementa: Direito do consumidor. Transporte aéreo internacional. Conflito entre lei e tratado. Indenização. Prazo prescricional previsto em convenção internacional. Aplicabilidade. 1. Salvo quando versem sobre direitos humanos, os tratados e convenções internacionais ingressam no direito brasileiro com status equivalente ao de lei ordinária. Em princípio, portanto, as antinomias entre normas domésticas e convencionais resolvem-se pelos tradicionais critérios da cronologia e da especialidade. 2. Nada obstante, quanto à ordenação do transporte internacional, o art. 178 da Constituição estabelece regra especial de solução de antinomias, no sentido da prevalência dos tratados sobre a legislação doméstica, seja ela anterior ou posterior àqueles. Essa conclusão também se aplica quando o conflito envolve o Código de Defesa do Consumidor. 3. Tese afirmada em sede de repercussão geral: "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as

normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor". 4. Recurso extraordinário provido

Questão 45

A mãe de João organizou a festinha de 05 anos de seu filho e convidou todos os colegas do colégio. A festa estava farta, principalmente de docinhos, já que fora contratada empresa para fornecer 1.000 unidades de brigadeiro. Durante a festa tudo ocorreu bem, tendo a mãe de João recebido vários elogios pela organização.

No dia seguinte, várias crianças que haviam comido os docinhos na festa de João foram internados com infecção alimentar, sendo posteriormente comprovado que os docinhos estavam impróprios para o consumo por ter sido utilizado leite condensado entregue/vencido. Nessa situação:

- a) os pais das crianças internadas só poderão ajuizar ação indenizatória contra a mãe de João, visto que organizou a festa e assumiu a responsabilidade por qualquer fato ou vício nos docinhos;
- b) a empresa que forneceu os docinhos é responsável pelos danos, não sendo necessária a comprovação de culpa desta, sendo parte legítima para pleitear indenização exclusivamente a mãe de João;
- c) aplica-se ao caso o Código Civil, visto que, em relação às crianças convidadas, não há como considerar uma relação de consumo entre elas a empresa dos docinhos;
- d) o CDC tem plena aplicação mesmo em relação às crianças convidadas, visto que são consumidores por equiparação.

Comentários

Gabarito D

O parágrafo único, do artigo 2º, o artigo 17 e o artigo 29, todos do CDC estabelecem hipóteses de pessoas que são consideradas consumidores por equiparação:

Artigo 2º.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.

A primeira conclusão que se chega ao analisar os dispositivos acima transcritos é que o Código de Defesa do Consumidor aplica-se também às relações jurídicas extracontratuais.

Isto porque não apenas os consumidores individuais estão abrangidos pela proteção do CDC, mas também aqueles considerados consumidores por equiparação, ainda que não tenham participado da relação jurídica original.

Assim, os convidados de João são parte legítima (ainda que representados por seus pais) para requererem indenização contra a empresa de docinhos.

Direito Empresarial

Questão 46

Maciel e Dani pretendem constituir uma sociedade do tipo limitada, porque não pretendem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Na consulta realizada previamente a um advogado, foram informados de que, nesse tipo societário, todos os sócios respondem:

- a) *solidariamente pela integralização do capital social.*
- b) *até o valor da quota de cada um, sem solidariedade entre si e em relação à sociedade.*
- c) *até o valor da quota de cada um, após cinco anos da data do arquivamento do contrato.*
- d) *solidariamente pelas obrigações sociais.*

Comentários

Gabarito: A

Nos termos do art. 1.052, do CC, na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Questão 47

Alimentos Orgânicos Tio Rosê Ltda. ME sacou duplicata de venda no valor de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) em face de I. Maciel EIRELI. A duplicata não foi remetida ao aceite do sacado e, após o vencimento, o sacador pretendeu cobrá-la judicialmente apresentando tão somente o comprovante de entrega do produto vendido.

Sobre a duplicata, nas condições descritas, é correto afirmar que

- a) *é título executivo extrajudicial, porque o credor comprovou o vínculo obrigacional que motivou o saque;*
- b) *não é título executivo extrajudicial, porque não foi levada a protesto por falta de pagamento, apesar de existir documento comprovando a entrega da mercadoria;*
- c) *não é título executivo extrajudicial, porque o vendedor não a remeteu ao sacado para aceite, apesar de existir documento comprovando a entrega da mercadoria;*

d) é título executivo extrajudicial, porque se trata de título de crédito formal e abstrato, bastando para sua validade e executividade a assinatura do sacador;

Comentários

Gabarito: B

Como se sabe, a **duplicata é título causal**, ou seja, **só pode ser emitida para documentar determinadas relações jurídicas preestabelecidas pela sua lei de regência, quais sejam: I) uma compra e venda mercantil; II) um contrato de prestação de serviços**. Nenhum outro negócio jurídico admite a emissão de duplicata! Nos termos do art. 2º, da Lei nº 5.474/1968 (Lei das Duplicatas), depreende-se que **a duplicata é título de crédito emitido pelo próprio credor** (vendedor).

Emitida a duplicata, ela deverá então ser enviada para o devedor (comprador) para que este efetue o aceite e a devolva.

Feita a remessa, cabe então ao devedor (comprador) aceitar a duplicata e devolvê-la, salvo, se tiver razões plausíveis para recusar o aceite.

Vê-se, desta forma, que o devedor (comprador) se obriga ao pagamento desse título independentemente de aceitá-lo expressamente. **Daí porque o aceite, na duplicata, pode ser expresso (ordinário) ou presumido (presunção)**.

Conclusão: a duplicata retratada na questão não se aperfeiçoou em título executivo extrajudicial, em razão da ausência de protesto e da comprovação de que o sacado recusou o aceite (no caso ele sequer recebeu a duplicata).

Questão 48

Dieguito pretende ingressar num sistema de franquia empresarial e consulta a circular de oferta fornecida pelo franqueador.

Ao ler o documento, Dieguito percebe que apenas uma das informações da circular está de acordo com a legislação, qual seja:

a) *informação ao franqueado sobre a remuneração devida ao franqueador pelo uso do sistema, da marca ou em troca dos serviços efetivamente prestados pelo franqueador ao franqueado;*

b) *apresentação pelo franqueador ao franqueado dos balanços e das demonstrações financeiras relativos ao último exercício social;*

c) *estipulação de que o contrato de franquia a ser celebrado somente terá validade a partir da sua inscrição no Registro de Títulos e Documentos – RTD;*

d) *declaração de que o franqueador assegurará ao franqueado direito de uso de marca, associado ao direito de distribuição de produtos, com a caracterização do vínculo empregatício entre eles.*

Comentários

Gabarito: A

A questão exigia conhecimento quanto ao art. 3º, da Lei nº 8.955/1994, que trata sobre o contrato de franquia empresarial.

Art. 3º Sempre que o franqueador tiver interesse na implantação de sistema de franquia empresarial, deverá fornecer ao interessado em tornar-se franqueado uma circular de oferta de franquia, por escrito e em linguagem clara e acessível, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

I - histórico resumido, forma societária e nome completo ou razão social do franqueador e de todas as empresas a que esteja diretamente ligado, bem como os respectivos nomes de fantasia e endereços;

II - balanços e demonstrações financeiras da empresa franqueadora relativos aos dois últimos exercícios;

III - indicação precisa de todas as pendências judiciais em que estejam envolvidos o franqueador, as empresas controladoras e titulares de marcas, patentes e direitos autorais relativos à operação, e seus subfranqueadores, questionando especificamente o sistema da franquia ou que possam diretamente vir a impossibilitar o funcionamento da franquia;

IV - descrição detalhada da franquia, descrição geral do negócio e das atividades que serão desempenhadas pelo franqueado;

V - perfil do franqueado ideal no que se refere a experiência anterior, nível de escolaridade e outras características que deve ter, obrigatória ou preferencialmente;

VI - requisitos quanto ao envolvimento direto do franqueado na operação e na administração do negócio;

VII - especificações quanto ao:

a) total estimado do investimento inicial necessário à aquisição, implantação e entrada em operação da franquia;

b) valor da taxa inicial de filiação ou taxa de franquia e de caução; e

c) valor estimado das instalações, equipamentos e do estoque inicial e suas condições de pagamento;

VIII - informações claras quanto a taxas periódicas e outros valores a serem pagos pelo franqueado ao franqueador ou a terceiros por este indicados, detalhando as respectivas bases de cálculo e o que as mesmas remuneram ou o fim a que se destinam, indicando, especificamente, o seguinte:

a) remuneração periódica pelo uso do sistema, da marca ou em troca dos serviços efetivamente prestados pelo franqueador ao franqueado (royalties);

b) aluguel de equipamentos ou ponto comercial;

c) taxa de publicidade ou semelhante;

d) seguro mínimo; e

e) outros valores devidos ao franqueador ou a terceiros que a ele sejam ligados;

IX - relação completa de todos os franqueados, subfranqueados e subfranqueadores da rede, bem como dos que se desligaram nos últimos doze meses, com nome, endereço e telefone;

X - em relação ao território, deve ser especificado o seguinte:

a) se é garantida ao franqueado exclusividade ou preferência sobre determinado território de atuação e, caso positivo, em que condições o faz; e

b) possibilidade de o franqueado realizar vendas ou prestar serviços fora de seu território ou realizar exportações;

XI - informações claras e detalhadas quanto à obrigação do franqueado de adquirir quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à implantação, operação ou administração de sua franquia, apenas de fornecedores indicados e aprovados pelo franqueador, oferecendo ao franqueado relação completa desses fornecedores;

XII - indicação do que é efetivamente oferecido ao franqueado pelo franqueador, no que se refere a:

a) supervisão de rede;

b) serviços de orientação e outros prestados ao franqueado;

c) treinamento do franqueado, especificando duração, conteúdo e custos;

d) treinamento dos funcionários do franqueado;

e) manuais de franquia;

f) auxílio na análise e escolha do ponto onde será instalada a franquia; e

g) layout e padrões arquitetônicos nas instalações do franqueado;

XIII - situação perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - (INPI) das marcas ou patentes cujo uso estará sendo autorizado pelo franqueador;

XIV - situação do franqueado, após a expiração do contrato de franquia, em relação a:

a) know how ou segredo de indústria a que venha a ter acesso em função da franquia; e

b) implantação de atividade concorrente da atividade do franqueador;

XV - modelo do contrato-padrão e, se for o caso, também do pré-contrato-padrão de franquia adotado pelo franqueador, com texto completo, inclusive dos respectivos anexos e prazo de validade.

Questão 49

A sociedade empresária Menezes Veículos Ltda. pretende requerer sua recuperação judicial. Ao analisar a minuta de petição inicial, o gerente administrativo listou os impedimentos ao pedido de recuperação.

Assinale a opção que apresenta um desses impedimentos.

a) O devedor ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.

b) O devedor possuir ativo que não corresponda a, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do passivo quirografário.

c) O devedor deixar de requerer sua autofalência nos 30 (trinta) dias seguintes ao vencimento de qualquer obrigação líquida.

d) A sociedade ter como administrador pessoa condenada por crime contra o patrimônio ou contra a fé pública.

Comentários

Gabarito: A

A questão exige o conhecimento do art. 48, da Lei nº 11.101/2005 Vejamos:

Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

§ 1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.

§ 2º Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente.

Questão 50

Uma sociedade empresária com sede em Londrina/PR, composta por três sócios pessoas naturais, adotou o nome empresarial "Torques, Sousa & Guimarães".

Sobre esse nome empresarial, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de denominação adotada por sociedade em comandita por ações.*
- b) Trata-se de firma social adotada por sociedade cooperativa.*
- c) Trata-se de denominação adotada por sociedade anônima.*
- d) Trata-se de firma adotada por sociedade em nome coletivo.*

Comentários

Gabarito: D

a) Trata-se de denominação adotada por sociedade em comandita por ações.

Se fosse denominação, deveria indicar o objeto de exploração. Se fosse comandita por ações deveria indicar no nome "comandita por ações" ou "C/A" ao final.

b) Trata-se de firma social adotada por sociedade cooperativa.

Se fosse cooperativa, deveria adotar denominação e não firma.

c) Trata-se de denominação adotada por sociedade anônima.

Se fosse denominação, deveria indicar o objeto de exploração.

d) Trata-se de firma adotada por sociedade em nome coletivo.

Sociedade em nome coletivo opera somente sob FIRMA, a qual deve conter o nome de um ou mais sócios (firma social), sendo faculdade a designação do

objeto de exploração ou termo que melhor identifique a sociedade. Portanto, preenche todos requisitos. Esta é a assertiva correta!

Direito Processual Civil

Questão 51

Rosenval propõe ação de indenização, por danos morais e materiais, em face de Paulo, atribuindo à causa o valor de R\$ 100.000,00, em razão contrato não cumprido. Distribuída a ação ao juízo da 3ª Vara Cível de Cascavel/PR, toma-se conhecimento de que o Paulo está preso, em cumprimento de sentença penal condenatória. Citado pessoalmente, não contesta o pedido.

Você, procurador de Rosenval, ao ser questionado pelo cliente sobre os próximos passos do processo, acertadamente, informa que:

- a) Devido à não contestação da parte ré, irá pugnar ao juízo pela decretação da revelia com subsequente julgamento antecipado do mérito em razão da presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.
- b) Procederá a requerimento para certificação da preclusão temporal e subsequente encaminhamento dos autos ao Ministério Público para parecer.
- c) O juízo irá nomear curador especial a Paulo, para tutela dos seus interesses em juízo, dada a revelia do réu que se encontra preso.
- d) Em razão da prisão, o processo será suspenso até o cumprimento da sentença penal condenatória.

Comentários

Gabarito: C

A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão, em face do que prevê o art. 72, II, do NCPC.

A **alternativa A** está equivocada, pois não há que se falar nos efeitos da revelia, quando preso o réu revel.

A **alternativa B** está incorreta, pois a preclusão temporal independe de certificação e decorre automaticamente da inobservância do prazo legal.

A **alternativa D** está incorreta, pois a prisão não constitui hipóteses de suspensão do processo cível.

Questão 52

Priscila firmou contrato de locação de imóvel urbano com Daniela. Após sucessivas tentativas de regularização dos aluguéis atrasados, Priscila propõe ação visando o recebimento dos alugueis vencidos, além de indenização por danos materiais. Sobreveio a sentença de procedência total dos pedidos, com intimação pelo Diário de Justiça Eletrônico em 27/6/2018, quarta-feira.

Considerando inexistir feriados no mês de julho, os embargos de declaração poderão ser opostos até:

- a) dia 2/7, segunda-feira.
- b) dia 3/7, terça-feira.
- c) dia 4/7, quarta-feira.
- d) dia 5/7, quinta-feira.

Comentários**Gabarito: C**

Primeiramente, note que a intimação ocorreu em 27/6/2018, logo esse será o começo do prazo, à luz do que disciplina o art. 231, VII, do NCPC. Logo, dia 28/6 será o primeiro dia da contagem. Assim:

1º dia da contagem: 28/6 (quinta-feira)

2º dia da contagem: 29/6 (sexta-feira)

suspensão do prazo: 30/6 e 1º/7 (sábado e domingo, respectivamente)

3º dia da contagem: 2/7 (segunda-feira)

4º dia da contagem: 3/7 (terça-feira)

5º dia da contagem: 4/7 (quarta-feira)

Logo, a parte poderá opor embargos até 4/7, quarta-feira.

Questão 53

A citação é definida como o ato de integração do réu à lide. É por intermédio desse ato processual que temos a perfectibilização da relação processual. Constitui, portanto, requisito processual de validade do processo. De acordo com o Código de Processo Civil, a citação induz efeitos materiais e processuais.

A respeito da citação, assinale a alternativa correta:

- a) Para a validade do processo é indispensável a citação do réu, contudo, em casos de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido, ela será dispensada.
- b) A citação válida, desde ordenada por juízo competente, induz a litispendência.
- c) A citação válida, desde ordenada por juízo competente, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- d) A citação válida torna prevento o juízo.

Comentários**Gabarito: A**

Correta a **alternativa A** que retrata justamente o que consta do art. 239, *caput*, do NCPC. No caso de indeferimento (sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, pelo não preenchimento dos pressupostos processuais) e de improcedência liminar do pedido (sentença que extingue o processo com

resolução do mérito), são situações em que o juiz tem condições de por fim ao processo no juízo de admissibilidade da demanda. Antes, portanto, da citação.

As **alternativas B e C** estão incorretas, pois a citação válida, mesmo que ordenada por juízo incompetente produzirá os seguintes efeitos: a) induzimento da litispendência; b) tornar litigiosa a coisa; e c) constituir em mora o devedor. É o que consta do art. 240, *caput*, do NCPC.

A **alternativa D** está incorreta, pois a prevenção decorre do registro ou da distribuição da ação, conforme prevê o art. 59 do NCPC, e não da citação válida.

Questão 54

Em razão de enfermidade, Diego ajuizou ação com objetivo de exigir que o plano de saúde custeasse tratamento indicado pelo médico. O plano de saúde Morte Certa S/A alegou a não cobertura em contrato. Diante da necessidade, em razão da piora do quadro clínico, o procurador de Diego requereu tutela provisória para determinação, sem oitiva da parte contrária, de ordem para imediato custeio do tratamento pretendido pelo médico.

Em relação à tutela provisória pretendida, segundo o Código de Processo Civil, terá natureza de:

- a) tutela de evidência.
- b) tutela de urgência cautelar.
- c) tutela de urgência antecipada.
- d) tutela de urgência inibitória.

Comentários

Gabarito: C

Como Diego pretende antecipação do bem da vida em razão de situação urgente, trata-se de tutela de urgência de natureza antecipada.

Questão 55

Marcelle contrata Fernando para realizar serviços de pintura, não obstante o pagamento integral e à vista efetuado por Marcelle, os serviços não foram prestados na forma combinada entre as partes. Sem sucesso em compor extrajudicialmente o conflito, Marcelle ajuíza ação de indenização pelos danos causados, declinando na petição inicial não ter interesse algum na conciliação.

Registrada e distribuída a ação, Fernando é citado. O procurador do réu informa, 20 dias antes da audiência, que também não pretende conciliar.

Diante do exposto é correta a atitude do juízo:

- a) Manter a audiência designada com o fim de convencer as partes sobre as vantagens da conciliação, dispensada a aplicação de multa.
- b) Despachar alertando as partes que o não comparecimento ao ato designado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado

com multa e até 10% sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa.

c) Despachar alertando as partes que o não comparecimento ao ato designado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa e até 2% sobre a vantagem econômica pretendida ou valor da causa.

d) Cancelar a audiência e aguardar a contestação da parte ré, que será contada do peticionamento nos autos.

Comentários

Gabarito: D

A multa por ato atentatório à dignidade da justiça pelo não comparecimento à audiência de conciliação é aplicada quando as partes deveriam comparecer em juízo, mas não o fazem. Quando autor e réu manifestam-se contra a autocomposição, resta ao juízo cancelar a audiência conciliatória designada. É o que ocorre no caso, portanto, em razão do que dispõe o art. 334, do NCPC, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Questão 56

Karoline, representada por sua mãe, Priscila, ajuíza ação de alimentos contra Rodrigo, suposto pai. Incidentalmente, há requerimento de exame pericial de DNA, que resta positivo. Diante disso, o juiz julga procedente os pedidos da parte autora, fixando em R\$ 27.000,00 mensais a pensão em favor de Karoline.

Sobre a hipótese, assinale a alternativa correta.

a) A questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, também é atingida pelos efeitos da coisa julgada, se havido contraditório prévio e efetivo e competente o juízo, de modo que Rodrigo não poderá propor ação declaratória negativa de paternidade.

b) A questão prejudicial, consistente na declaração da paternidade, não é afetada, em hipóteses alguma, pela coisa julgada pelo caráter incidental.

c) A questão prejudicial somente será afetada pela coisa julgada caso haja requerimento das partes.

d) A questão prejudicial somente será afetada pela coisa julgada se, do dispositivo da sentença, constar expressamente a análise da paternidade.

Comentários

Gabarito: A

Questão prejudicial é aquela que condiciona o conteúdo do julgamento de outra questão, que nessa perspectiva passa a ser encarada como questão subordinada. Não basta para caracterização da prejudicialidade a simples antecedência de uma questão em relação a outra. Na ação de alimentos, por exemplo, a relação de

parentesco entre autor e réu é questão prejudicial à consideração do direito aos alimentos.

A respeito da coisa julgada, prevê o NCPC:

Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

§ 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, se:

I - dessa resolução depender o julgamento do mérito;

II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia;

III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

Na ação de alimentos, a questão relativa à paternidade é prejudicial em relação ao pedido de prestar alimentos, por isso é revestida pela coisa julgada e não pode ser discutida em uma nova ação.

Questão 57

Igor propõe perante o juízo da 10ª Vara Cível de Curitiba/PR ação de execução contra Renato, em razão de cheque, no importante de R\$ 100.000,00, devolvido pelo banco por ausência de fundos. Renato possui bens apenas na cidade de Goiás, local em que mantém cinco fazendas. Diante disso, procede-se a execução por carta.

O oficial de justiça avalia a fazenda penhorada em R\$ 2.000.000,00, valor considerado excessivamente abaixo do valor de mercado por Renato.

Diante de tal situação, o procurador de Renato deverá propor embargos à execução:

- no juízo deprecante, responsável pelos atos executivos, também competente para processar e julgar os embargos.
- no juízo deprecado, dado que o ato fora praticado no cumprimento da carta precatória, não obstante o julgamento seja da competência do deprecante.
- no juízo deprecante ou deprecado, uma vez que ambos possuem competência concorrente para julgá-los.
- no juízo deprecante ou deprecado, embora o julgamento deva ocorrer perante o juízo deprecado, uma vez que a insurgência versa unicamente sobre irregularidade na avaliação do bem.

Comentários

Gabarito: D

Em razão do que disciplina o art. 914, §2º, do NCPC, “na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a

competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado”.

Direito Penal

Questão 58

Firmino, irritado com as constantes festas que seu vizinho Valentim promove à noite, atrapalhando seu descanso, resolve procurá-lo a fim de resolver definitivamente a situação. Para tanto, arma-se de uma arma de fogo e se dirige à casa de Valentim, vindo a encontrá-lo distraído. Ato contínuo, aponta a arma em sua direção a fim de efetuar um disparo contra sua cabeça. Contudo, Bethânia, que, por coincidência, havia acabado de chegar ao local, surpreende e consegue impedir Firmino de seu intento, retirando-lhe a arma de sua mão, evitando, assim, o disparo fatal. A conduta de Firmino, para o Direito Penal, pode ser enquadrada no ordenamento jurídico como

- a) arrependimento posterior.
- b) desistência voluntária.
- c) crime tentado.
- d) circunstância atenuante.

Comentários

Gabarito: C

Vejam os alternativa por alternativa

Alternativa A, incorreta. No arrependimento posterior, o agente de modo voluntário após a produção do resultado, ou seja, depois que o crime se consuma se arrepende e repara o dano ou restitui a coisa. O resultado não ocorreu por fatos alheios a vontade do agente, assim não há que se falar em arrependimento posterior.

Alternativa B, incorreta. Na desistência voluntária o agente também busca o resultado, mas de modo voluntário desiste ainda na prática dos atos de execução, não se utilizando de todos os meios que estavam ao seu alcance, para que o crime se consumasse. O resultado não ocorreu por fatos alheios a vontade do agente, não é ele que desiste voluntariamente.

Alternativa C, correta. O resultado pretendido por Firmino, qual seja a morte de Valentim não ocorreu por fatos alheios a sua vontade, ou seja, pela intervenção de Bethânia que retirou a arma de sua mão.

Nos termos do art. 14 do CP, II:

Art. 14 (...)

Tentativa (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984).

Assim sendo, pode-se concluir que a conduta de Firmino pode ser enquadrada no crime tentado. Ou seja, na tentativa de homicídio (art. 121, caput, c/c art. 14, II).

Alternativa D, incorreta. Não há que se falar em circunstância atenuante, a conduta de Firmino não se amolda em nenhuma das hipóteses previstas no art. 65 do CP.

Questão 59

Tício, Servidor Municipal, que trabalha como fiscal de posturas públicas, durante fiscalização de rotina, encontra sérias irregularidades na construção de condomínio vertical (prédio residencial de apartamentos). Ao conversar com o construtor e proprietário do imóvel, o servidor ouve dele sugestão de “fechar os olhos” para as irregularidades e receber em troca um apartamento, mas apenas quando o prédio for concluído. O servidor aceita a proposta e não toma qualquer providência quanto às irregularidades. Ainda antes da entrega do apartamento é revelada a “combinação”. É correto afirmar que Tício

- a) não praticou crime algum, pois o fato criminoso apenas se consumará com o recebimento do apartamento.
- b) não praticou crime algum, pois se trata de crime impossível, na modalidade impropriedade absoluta do meio.
- c) praticou corrupção passiva.
- d) praticou corrupção passiva, na modalidade tentada.

Comentários

Gabarito: C

Vejam alternativa por alternativa por alternativa

Alternativa A, errada. É um crime formal, de modo que a simples aceitação da vantagem indevida correlacionada com a função que exerce, conduz a consumação do delito.

Alternativa B, errada. O crime impossível é aquele que por ineficácia absoluta do meio empregado ou pela impropriedade absoluta do objeto material, é impossível de se consumar. Na definição de Hungria, em relação a ineficácia absoluta do meio: “ dá-se ineficácia absoluta do meio quando este por sua própria essência ou natureza é incapaz, por mais que se reitere o seu emprego, de produzir o evento a que está subordinada a consumação do crime”. A revelação da combinação não impede a consumação do crime.

Alternativa C, certa. Conforme estipula o art. 317, CP, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, é crime punido com pena de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa. O artigo ora transcrito, trata-se do crime de corrupção passiva. A conduta de Tício se amolda perfeitamente ao tipo penal.

Alternativa D, errada. É um crime formal, de modo que a simples aceitação da vantagem indevida correlacionada com a função que exerce, conduz a consumação do delito. Não há que se falar em crime tentado, tendo em vista que o crime se consumou.

Questão 60

Mário, reincidente, foi condenado a cumprir pena de dois anos. No cumprimento de sua primeira condenação, teve um livramento condicional revogado, além da falta grave reconhecida judicialmente. Como advogado, deve-se formular em seu favor

- a) progressão de regime havendo lapso e um novo pedido de livramento condicional desde que Pedro tenha cumprido metade de sua pena.
- b) um novo pedido de livramento condicional, desde que não tenha sido interrompida contagem do lapso pelo reconhecimento da falta grave.
- c) progressão de regime e um novo pedido de livramento condicional, não acarretando interrupção de lapso a falta grave reconhecida.
- d) somente progressão de regime havendo lapso, uma vez que não há possibilidade de um novo pedido de livramento condicional, em razão de uma revogação anterior do mesmo pleito.

Comentários

Gabarito: D

Vejam os comentários por alternativa

Alternativa A, errada. Nos termos do artigo 88 do Código Penal, "Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido (...)".

Alternativa B, errada. Diante do disposto no artigo 88 do Código Penal, "Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido (...) "

Alternativa C, errada. Conforme mencionado na análise dos itens anteriores, o artigo 88 do Código Penal estabelece que: "Revogado o livramento, não poderá ser novamente concedido (...) "

Alternativa D, certa. Verificando que é incabível a concessão de novo livramento condicional, em concordância com o artigo 88, primeira parte, do Código Penal, apenas o requerimento de progressão de regime permanece cabível ao advogado.

O deferimento do pedido, no entanto, dependerá do cumprimento dos requisitos exigidos no artigo 112 da Lei nº 7.210/84, combinado com os do artigo 33, § 2º, do Código Penal. Ademais, a súmula de nº 534, editada pelo STJ, assentou o entendimento de que "A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração."

Questão 61

Etevaldo foi condenado pela prática do crime de estelionato. Ao aplicar a pena, o juiz majorou a pena base indicando, entre as circunstâncias judiciais previstas no Artigo 59 do Código Penal brasileiro, os antecedentes de Etevaldo. Para tanto, o juiz observou que a Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo trazia 5 anotações, entre elas uma condenação não transitada em julgado pela prática do crime de falsidade ideológica. As demais anotações referiam-se a inquéritos policiais em andamento para a apuração de suposta prática do crime de estelionato.

Quanto à decisão do juiz, é correto afirmar que:

- a) a pena base não poderia ter sido majorada com fundamento nos antecedentes de Etevaldo, uma vez que não há condenação transitada em julgado na Folha de Antecedentes Criminais do acusado.
- b) a pena base foi majorada corretamente, uma vez que algumas anotações constantes da Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo se referem ao crime de estelionato.
- c) a pena base foi majorada corretamente, uma vez que há condenação, ainda que não transitada em julgado, na Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo .
- d) a pena base poderia ter sido majorada caso a condenação constante da Folha de Antecedentes Criminais de Etevaldo dissesse respeito ao crime de estelionato.

Comentários

Gabarito: A

Vejamos alternativa por alternativa

Alternativa A, certa. A decisão do juiz não está correta, tendo em vista que ofende o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, que dispõe que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (artigo 5º, LVII, da Constituição Federal).

Conforme o enunciado de Súmula 444 do STJ, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.

Alternativa B, errada. A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena. STF. Plenário. RE 591054/SC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 17/12/2014 (repercussão geral) (Info 772)

Alternativa C, errada. A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não podem ser considerados como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena. STF. Plenário. RE 591054/SC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 17/12/2014 (repercussão geral) (Info 772)

Alternativa D, errada. A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado não podem ser considerados como maus antecedentes

para fins de dosimetria da pena. STF. Plenário. RE 591054/SC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 17/12/2014 (repercussão geral) (Info 772)

Questão 62

Tião e Capataz, companheiros de cela em determinada penitenciária, são assistidos pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tião cumpre pena de seis anos por furto qualificado e tem como antecedente criminal uma condenação de um ano e oito meses por crime culposos, já cumprida. Capataz, por sua vez, cumpre pena de nove anos por tráfico de drogas e não possui antecedentes criminais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito do livramento condicional de Tião e Capataz.

- a) Capataz não fará jus ao livramento condicional, uma vez que foi condenado por crime equiparado a crime hediondo.
- b) Caso Tião cometa falta grave no cumprimento da pena, o prazo para seu livramento condicional será interrompido.
- c) A concessão do benefício do livramento condicional a Tião dependerá de ele cumprir um terço da pena e a Capataz de ele cumprir dois terços da pena.
- d) Apesar de ser hipossuficiente, Tião será beneficiado com o livramento condicional somente se reparar o dano causado em decorrência da prática do furto qualificado.

Comentários

Gabarito: C

Vejam alternativa por alternativa:

Alternativa A, errada. O livramento condicional será concedido quando o sentenciado, condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos, cumprir:

mais de 1/3 da pena se não for reincidente em crime doloso (crime comum),

mais da 1/2 da pena se for reincidente em crime doloso (crime comum) e

mais de 2/3 da pena, nos casos de condenação por crime hediondo ou a ele equiparado (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo), e desde que o sentenciado não seja reincidente específico em crimes desta natureza (art. 83, CP).

Alternativa B, errada. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a Súmula n. 441 que consagrou o seguinte entendimento: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional".

Alternativa C, certa. Para efeitos de livramento condicional, somente interessa a reincidência em crime doloso, assim sendo, Tião é reincidente em crime culposo, assim fará jus ao benefício ao cumprir um 1/3 da pena.

Capataz deverá cumprir 2/3 da pena, uma vez que não é reincidente específico e o crime praticado por ele foi o de tráfico de drogas, dispõe a Lei 11.343/2006, em seu art. 44, parágrafo único:

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1o, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

Parágrafo único. Nos crimes previstos no caput deste artigo, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.

Alternativa D, errada. O livramento condicional será concedido quando o sentenciado, condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos, cumprir:

mais de 1/3 da pena se não for reincidente em crime doloso (crime comum),

mais da 1/2 da pena se for reincidente em crime doloso (crime comum) e

mais de 2/3 da pena, nos casos de condenação por crime hediondo ou a ele equiparado (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo), e desde que o sentenciado não seja reincidente específico em crimes desta natureza (art. 83, CP).

Questão 63

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Valdeir rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a

facilitação de sua fuga. Quando Valdeir se afasta, Beto casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Beto cometeu crime de:

- a) receptação
- b) furto qualificado.
- c) roubo.
- a) furto.

Comentários

Gabarito: B

Vejamus alternativa por alternativa:

Alternativa A, errada. A conduta que se incrimina no crime de receptação é o ato de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-

fé, a adquira, receba ou oculte, nos termos do art. 180, CP. Beto dirige sua conduta para a prática do crime de furto, a conduta praticada por ele foi subtrair.

Alternativa B, certa. A conduta de Valdeir enquadra-se no crime de furto, nos termos do art. 155, do CP:

Furto

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Nesse sentido, não tem relevância jurídica o fato de ter Beto subtraído coisa alheia móvel que já havia sido roubada.

Incide no caso, ainda, a qualificadora, prevista no §5º do artigo 155 do CP:

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

Alternativa C, errada. Beto quando da subtração, não se utilizou de grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduziu a impossibilidade de resistência.

Alternativa D, errada. A conduta de Beto não se amolda ao art. 155, caput, mas sim ao art. 155, § 5

Direito Processual Penal

Questão 64

Antônio Ribeiro foi denunciado pela prática de homicídio qualificado, pronunciado nos mesmos moldes da denúncia e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri em 25/05/2015, tendo sido condenado à pena de 15 anos de reclusão em regime integralmente fechado. A decisão transita em julgado para o Ministério Público, mas a defesa de Antônio apela, alegando que a decisão dos Jurados é manifestamente contrária à prova dos autos. A apelação é provida, sendo o réu submetido a novo Júri. Neste segundo Júri, Antônio é novamente condenado e sua pena é agravada, mas fixado regime mais vantajoso (inicial fechado). A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Não cabe nova apelação no caso concreto, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos.
- b) A decisão do juiz togado foi incorreta, pois violou o princípio do ne reformatio in pejus indireta, cabendo nova apelação.
- c) A decisão dos jurados foi incorreta, pois violou o princípio do tantum devolutum quantum appellatum.
- c) Não cabe apelação por falta de interesse jurídico, já que a fixação do regime inicial fechado é mais vantajosa do que uma pena a ser cumprida em regime integralmente fechado.

Comentários

Gabarito: B

A) Não cabe nova apelação no caso concreto, em respeito ao princípio da soberania dos veredictos.

INCORRETA: Cabe nova apelação, em virtude da violação do princípio da proibição da "reformatio in pejus" indireta

B) A decisão do juiz togado foi incorreta, pois violou o princípio do ne reformatio in pejus indireta, cabendo nova apelação.

Art. 617 do CPP: O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos arts. 383, 386 e 387, no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.

C) A decisão dos jurados foi incorreta, pois violou o princípio do tantum devolutum quantum appellatum.

INCORRETA: A decisão dos jurados não violou o princípio do efeito devolutivo.

D) Não cabe apelação por falta de interesse jurídico, já que a fixação do regime inicial fechado é mais vantajosa do que uma pena a ser cumprida em regime integralmente fechado.

INCORRETA: A pena fixada na segunda sentença foi mais gravosa, logo prejudicou o acusado.

Questão 65

Na fase de conhecimento, a prisão domiciliar

a) não é propriamente uma prisão, de modo que não confere direito à detração.

a) para ser concedida à mãe com filhos de até doze anos depende de comprovação da imprescindibilidade para os cuidados da criança.

c) pode ser concedida ao preso se for imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência.

d) para a gestante depende de comprovação do risco da gravidez ou de estar com pelo menos sete meses de gestação.

Comentários**Gabarito: C**

A) não é propriamente uma prisão, de modo que não confere direito à detração.

INCORRETA: Art. 317 do CPP: A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

B) para ser concedida à mãe com filhos de até doze anos depende de comprovação da imprescindibilidade para os cuidados da criança.

INCORRETA: Art. 318 do CPP: Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

C) pode ser concedida ao preso se for imprescindível aos cuidados de pessoa com deficiência.

CORRETA: Art. 318. do CPP: Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

D) para a gestante depende de comprovação do risco da gravidez ou de estar com pelo menos sete meses de gestação.

INCORRETA: Art. 318 do CPP: Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: IV - gestante

Questão 66

Analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a opção correta.

I - Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz deverá citar o réu para a apresentação de resposta escrita em dez dias. Após tal manifestação da defesa, o juiz proferirá decisão de recebimento ou de rejeição da denúncia ou queixa apresentada.

II - O réu preso só deve ser interrogado por videoconferência quando presentes razões excepcionais previstas no Código de Processo Penal, devendo ser garantido, durante o ato, o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do fórum, e entre este e o preso.

III - Se o réu, citado pessoalmente, não apresentar a resposta no prazo legal, o juiz decretará sua revelia e proferirá decisão de saneamento do processo. A petição de resposta escrita não é termo essencial do processo e sua falta não enseja nulidade

- a) Apenas a assertiva I está correta
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

Gabarito: B

A) Apenas a assertiva I está correta

INCORRETA: Após a apresentação da resposta escrita, o juiz proferirá decisão de absolvição sumária conforme art. 397 do CPP, ou dará continuidade ao processo marcando a audiência.

B) Apenas a assertiva II está correta.

CORRETA: Art. 185. § 2º Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real (...)

§ 5º Em qualquer modalidade de interrogatório, o juiz garantirá ao réu o direito de entrevista prévia e reservada com o seu defensor; se realizado por videoconferência, fica também garantido o acesso a canais telefônicos reservados para comunicação entre o defensor que esteja no presídio e o advogado presente na sala de audiência do Fórum, e entre este e o preso.

C) Apenas a assertiva III está correta.

INCORRETA: A resposta à acusação é obrigatória no processo penal, sendo que sua ausência acarretará nulidade absoluta, por ausência de defesa técnica. Caso o acusado não apresente a resposta a acusação o juiz nomeará defensor dativo (art. 396-A, § 2º do CPP)

D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

INCORRETA: Pelos fundamentos já demonstrados

Questão 67

Conforme a Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores, a suspensão condicional do processo:

- a) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.
- b) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.
- c) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.
- d) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.

Comentários

Gabarito: D

A) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for inferior a um ano.

INCORRETA: poderá ser aplicada mesmo quando houver concurso formal, caso a pena mínima seja inferior a um ano.

B) será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso formal, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano, mas não ultrapassar dois anos.

INCORRETA: a pena mínima deve ser inferior a um ano.

C) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em concurso material, quando a pena mínima cominada resultante do somatório for igual a um ano.

INCORRETA: a pena mínima deve ser inferior a um ano e não igual.

D) não será aplicável em caso de infrações penais cometidas em continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada resultante da incidência da majorante for superior a um ano.

CORRETA: Art. 89 da Lei 9.099/95: Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo.

Questão 68

No que diz respeito às provas no processo penal, assinale a opção correta.

- a) Para se apurar o crime de lesão corporal, exige-se prova pericial médica, que não pode ser suprida por testemunho.
- b) Se, no interrogatório em juízo, o réu confessar a autoria, ficará provada a alegação contida na denúncia, tornando-se desnecessária a produção de outras provas.
- c) As declarações do réu durante o interrogatório deverão ser avaliadas livremente pelo juiz, sendo valiosas para formar o livre convencimento do magistrado, quando amparadas em outros elementos de prova.
- d) O procedimento de acareação entre acusado e testemunha é típico da fase pré-processual da ação penal e deve ser presidido pelo delegado de polícia.

Comentários

Gabarito: C

A) Para se apurar o crime de lesão corporal, exige-se prova pericial médica, que não pode ser suprida por testemunho.

INCORRETA: Art. 167 do CPP: Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

B) Se, no interrogatório em juízo, o réu confessar a autoria, ficará provada a alegação contida na denúncia, tornando-se desnecessária a produção de outras provas. INCORRETA: Art. 197 do CPP: O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.

C) As declarações do réu durante o interrogatório deverão ser avaliadas livremente pelo juiz, sendo valiosas para formar o livre convencimento do magistrado, quando amparadas em outros elementos de prova.

Art. 155: O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

D) O procedimento de acareação entre acusado e testemunha é típico da fase pré-processual da ação penal e deve ser presidido pelo delegado de polícia.

INCORRETA: A acareação ocorre na fase judicial.

Questão 69

Assinale a opção correta acerca do processo penal e formas de procedimento, aplicação da lei processual no tempo, disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal e ação civil ex delicto, conforme a legislação em vigor e o posicionamento doutrinário e jurisprudencial prevalentes.

a) No momento da prolação da sentença condenatória, não cabe ao juízo penal fixar valores para fins de reparação dos danos causados pela infração, porquanto tal atribuição é matéria de exclusiva apreciação do juízo cível.

b) Sendo o interrogatório um dos principais meios de defesa, que expressa o princípio do contraditório e da ampla defesa, é imperioso, de regra, que o réu seja interrogado ao início da audiência de instrução e julgamento.

c) É cabível a absolvição sumária do réu em processo comum caso o juiz reconheça, após a audiência preliminar, a existência de doença mental do acusado que, comprovada por prova pericial, o torne inimputável.

d) Lei processual nova de conteúdo material, também denominada híbrida ou mista, deverá ser aplicada de acordo com os princípios de temporalidade da lei penal, e não com o princípio do efeito imediato, consagrado no direito processual penal pátrio.

Comentários

Gabarito: D

A) No momento da prolação da sentença condenatória, não cabe ao juízo penal fixar valores para fins de reparação dos danos causados pela infração, porquanto tal atribuição é matéria de exclusiva apreciação do juízo cível.

INCORRETA: Art. 63 do CPP: Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do art. 387 deste Código sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.

B) Sendo o interrogatório um dos principais meios de defesa, que expressa o princípio do contraditório e da ampla defesa, é imperioso, de regra, que o réu seja interrogado ao início da audiência de instrução e julgamento.

INCORRETA: Art. 400 do CPP: Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado.

C) É cabível a absolvição sumária do réu em processo comum caso o juiz reconheça, após a audiência preliminar, a existência de doença mental do acusado que, comprovada por prova pericial, o torne inimputável.

INCORRETA: Art. 397 do CPP: Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: (...)

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;

D) Lei processual nova de conteúdo material, também denominada híbrida ou mista, deverá ser aplicada de acordo com os princípios de temporalidade da lei penal, e não com o princípio do efeito imediato, consagrado no direito processual penal pátrio.

CORRETA: Normas Mistas são aquelas que possuem conteúdo de direito material e de direito processual, conjuntamente. Para estes casos, aplica-se o art. 2º e parágrafo único do CP, ou seja, se a lei posterior for mais benéfica retroagirá.

Direito do Trabalho

Questão 70

A empresa DBX LTDA, em razão de problemas financeiros enfrentados, decide, por ato unilateral, reduzir o salário de seus empregados na razão de 20%. Inconformado um dos empregados lesados, procura seu escritório com intuito de obter informações sobre a legalidade do ato. Sobre a alteração contratual:

- a) É lícita, cabendo ao empregador estabelecer as condições contratuais.
- b) É ilícita, podendo o empregador realizar a redução do salário somente quando reduzir a carga horária.
- c) É ilícita, sendo que qualquer alteração contratual deverá ser realizada por mutuo consentimento e desde que não resulte, direta ou indiretamente, em prejuízo ao empregado.
- d) É lícita, pois advinda de problemas financeiros, ônus que deverá ser suportado por empregado e empregador.

Comentários

Gabarito: C

A alteração contratual só poderá ocorrer quanto for realizada por mutuo consentimento e desde que não resulte, de forma direta ou indireta, em prejuízo ao empregado, nos termos do artigo 468 da CLT.

Questão 71

Determinada cafeteria, instalada no interior de uma Universidade passou a fornecer uniformes para seus empregados no qual foram impressos o slogan do estabelecimento e da instituição de ensino. Acerca do tema:

- a) Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta do seu empregado, desde que não seja utilizado símbolos ou logomarcas nas vestes.
- b) A higienização do uniforme é de responsabilidade do empregador.
- c) A higienização do uniforme, em qualquer hipótese, é de responsabilidade do empregado.
- d) Será lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

Comentários**Gabarito: D**

Ao empregador cabe definir o padrão de vestimenta de seus empregados no ambiente de trabalho, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada. No que tange à responsabilidade pela higienização e limpeza, esta será do empregado, desde que não sejam necessários procedimentos especiais, artigo 456-A da CLT.

Questão 72

Sandra, trabalhou por 3 anos na financeira "PAGUE BEM" S.A, sendo que a sua jornada de trabalho era das 08h00 as 17h00, e usufruía de 1 hora para refeição e descanso. Ao ser dispensada, ingressou com Reclamação Trabalhista requerendo horas extraordinárias a partir da sexta hora diária e trigésima hora semanal, em razão de sua jornada se equiparar a carga horária dos bancários.

Desta forma, o pedido de Sandra deverá:

- a) Ser julgado procedente, pois o trabalho em financeira equipara-se ao trabalho bancário para fins de carga horária.
- b) Ser julgado improcedente, pois a carga horária laborada respeitou o limite constitucional de 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- c) Ser julgado improcedente, pois a carga horária dos bancários segue o limite constitucional de 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- d) Ser julgado procedente, sendo concedido o que ultrapassar a 36 hora semanal.

Comentários**Gabarito: A**

Nos termos da Súmula 55 do TST as empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas *financeiras*, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT. Ou seja, tais empresas deverão respeitar a jornada de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana.

Questão 73

Mara foi contratada como Balconista na Padaria "Sonho Meu" Ltda, esta tida como uma microempresa, em razão de sua estruturação, mas que prezava pelo respeito à legislação trabalhista.

No dia da contratação, ela procedeu à entrega de seus documentos, bem como a de sua CTPS para anotação. Nesta hipótese, o empregador deverá:

- a) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa no importe de R\$3.000,00 por empregado não registrado.
- b) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa no importe de R\$800,00 por empregado não registrado.
- c) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração no prazo de 30 dias, sob pena de multa no importe de R\$800,00 por empregado não registrado.
- d) Realizar a anotação da data de admissão e a remuneração imediatamente, sob pena de multa no importe de R\$3.000,00 por empregado não registrado.

Comentários**Gabarito: B**

Segundo o artigo 29 da CLT, o empregador ao admitir o empregado terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Questão 74

Mariana exerce a atividade de Química em um laboratório de uma grande indústria, laborando exposta a agentes insalubres em grau máximo, e recebendo adicional de 40%.

Recentemente, descobriu sua gestação e prontamente avisou seu empregador de sua condição. Nesta situação retratada, Mariana:

- a) Deverá ser afastada imediatamente de suas funções, sendo este obrigatório.
- b) Poderá ser afastada de suas atividades desde que apresente atestado emitido por médico de sua confiança que recomende seu afastamento.
- c) Poderá continuar exercendo suas funções, desde que apresente atestado médico, emitido por médico de sua confiança, informando que tais atividades não são prejudiciais a gestação.
- d) Deverá continuar laborando nas mesmas funções durante todo o período gestacional, mesmo que houver restrições médicas, sendo qualquer afastamento, sem remuneração.

Comentários

Gabarito. A

Como Mariana labora exposta a insalubridade em grau máximo deverá ser afastada de suas atividades, sem prejuízo de sua remuneração. O atestado de saúde requerendo o afastamento seria necessário para afastamento de suas atividades se estivesse exposta a agentes insalubres em grau médio ou mínimo ou em qualquer grau no período de amamentação, nos termos do artigo 394 – A e incisos da CLT.

Questão 75

O Sindicato dos Professores recebeu a notícia de que determinada empresa havia dispensado, sem justa causa, mais de 200 empregados, o que fez o sindicato da categoria intervir perante a empresa, enviando notificação a esta, com requisição de reconstrução desses empregados, haja vista a inexistência de negociação prévia para tais dispensas.

Sobre o ato do sindicato:

- a) Está correto, devendo haver negociação prévia para as dispensas plúrimas.
- b) Está incorreto, pois as dispensas plúrimas equiparam-se as dispensas individuais, não havendo necessidade de comunicação ao sindicato.
- c) Está correto, devendo haver comunicação ao sindicato da categoria com antecedência mínima de 60 dias.
- d) Está incorreto, pois as dispensas plúrimas equiparam-se as dispensas individuais, sendo necessária a comunicação ao sindicato somente em caso de dispensa por justa causa.

Comentários

Gabarito B

Segundo o artigo 477-A da CLT: As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

Direito Processual do Trabalho

Questão 76

Paulo, após pedir dispensa em seu antigo emprego, resolve ingressar com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, o que foi realizado pelo seu advogado recém-contratado e de sua confiança.

No entanto, cinco dias após a apresentação da contestação pela empresa, Reclamada, o empregado requer que seu patrono desista da ação, haja vista não querer mais se submeter a qualquer tipo de desgaste emocional que tal situação possa ocasionar.

Nesse caso:

- a) O juiz deverá intimar a parte contrária para se manifestar sobre o pedido, sendo sua concordância condição para extinção do processo.
- b) O juiz deverá deferir o pedido de ofício, independentemente de qualquer manifestação da reclamada.
- c) O juiz deverá indeferir o pedido, pois uma vez distribuída a ação não poderá haver desistência.
- d) O juiz deverá intimar a parte contrária somente para ciência quanto a desistência.

Comentários

Gabarito: A

A desistência da ação, após apresentada a contestação pela parte reclamada apenas poderá ser deferida com o consentimento desta, nos termos do artigo 841 §3º da CLT.

Questão 77

Após a notificação da Reclamação Trabalhista ajuizada pelo ex-empregado, Roserval, a empresa "Corujinha" Ltda., pretende suscitar exceção de incompetência territorial, já que o local de ajuizamento da ação é diverso do local da efetiva prestação de serviço.

Acerca do procedimento que envolve tal instituto, a empresa deverá:

- a) Apresentar, no prazo de 10 dias da notificação, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência absoluta.
- b) Apresentar, no prazo de 5 dias da notificação, em preliminar de contestação, a exceção de incompetência relativa.

- c) Apresentar, na data da audiência, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência relativa.
- d) Apresentar, no prazo de 5 dias da notificação, em peça que sinalize sua existência, a exceção de incompetência relativa.

Comentários

Gabarito: D

A exceção de incompetência deverá ser apresentada em peça que sinalize sua existência, no prazo de 5 dias a contar do recebimento da notificação. Tal procedimento está disciplinado no artigo 800 da CLT.

Questão 78

Em sede de execução, o exequente busca a satisfação de seu crédito, e não obtém êxito, sendo, neste momento, noticiado acerca de que o executado estava se desfazendo de seus bens, e repassando diversos valores para a sua conta de pessoa física.

Desta forma, Fernando, muito sábio, requereu a desconsideração da personalidade jurídica do executado, e de forma imediata.

Acerca da decisão que vier acolher ou rejeitar o incidente, observa-se:

- a) Diante da decisão que acolher ou rejeitar o pedido na fase de execução, cabível será agravo de petição.
- b) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido não caberá recurso por se tratar de decisão interlocutória, independente da fase processual.
- c) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido caberá mandado de segurança.
- d) Da decisão que acolher ou rejeitar o pedido caberá a interposição de recurso ordinário, pois tal decisão equivale a uma sentença.

Comentários

Gabarito: A

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica poderá ser intentado tanto na fase de conhecimento como na fase de execução. A decisão que acolhe ou rejeita o pedido tem natureza interlocutória e quando proferida na fase de cognição não caberá recurso ante o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Contudo, quando tal decisão for proferida na fase de execução, caberá agravo de petição, independente da garantia do juízo, consoante o disposto no artigo 855-A da CLT.

Questão 79

Marcelle Dig Dig Joy e a Multinacional "Corujas" S.A resolvem colocar fim ao contrato de trabalho, de forma que celebram um acordo extrajudicial, e

consignam os valores acerca das verbas salariais e indenizatórias que deverão ser pagos.

Assim, objetivando a homologação de tal acordo perante a Justiça do Trabalho, as partes deverão:

- a) Ingressar, de modo separado, com ação requerendo a homologação do acordo extrajudicial, e cada parte deve estar representada por seu advogado.
- b) Ingressar, por petição conjunta, com ação requerendo a homologação do acordo extrajudicial, devendo estar cada parte representada por seu advogado, sendo vedado o *jus postulandi*.
- c) Ingressar, de modo separado, com ação requerendo a homologação do acordo, podendo as partes se valer do *jus postulandi*.
- d) Ingressar, por petição conjunta, com ação requerendo a homologação do acordo, podendo as partes se valer do *jus postulandi*, ou ainda, através dos mesmos advogados.

Comentários

Gabarito: B

O procedimento para homologação de acordo extrajudicial está disciplinado nos artigos 855-B a 855-E da CLT. O pedido deverá ser feito, por meio de petição em conjunto, sendo obrigatória a representação das partes por advogado. Segundo o §1º do artigo 855-B da CLT, as partes não poderão ser representadas por advogado comum.

Questão 80

Sr. Coruja ingressou com Reclamação Trabalhista postulando diversas verbas que entendia serem devidas pela empresa "Amor & Amor" Ltda. Em sede de análise do pleito, o juiz de direito, da Região interiorana de Minas Gerais, onde não exista jurisdição de Vara do Trabalho, sentenciou parcialmente procedente os pedidos realizados pelo Reclamante.

Assim, visando demonstrar a sua insatisfação com a sentença, Sr coruja deverá interpor:

- a) Recurso ordinário perante o TRT, no prazo de 8 dias úteis, podendo, inclusive, se valer do *jus postulandi*.
- b) Recurso de Ordinário perante a Justiça Comum, no prazo de 8 dias, não podendo valer do *jus postulandi*.
- c) Apelação ao Tribunal de Justiça, no prazo de 15 dias úteis.
- d) Recurso Especial perante o STF, no prazo de 15 dias.

Comentários

Gabarito B

Nos termos da Súmula n. 414, II do TST, observa-se que:

“No caso de a tutela provisória haver sido concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.”